

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

JOÃO MANSUR	ARENA
SANTOS LIMA	ARENA
ODILON REINHARDT	ARENA
JORGE SATO	ARENA
MUGGIATI FILHO	MDB
DAVID FEDERMANN	ARENA
HÉLIO MANFRINATO	MDB
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATI	MDB
ANTONIO COSTA	ARENA
ANTONIO L. JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BÁSLIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO M. DE OLIVEIRA	ARENA
DOMÍCIO SCARAMELLA	MDB
EMÍLIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
IGO LOSSO	ARENA
IRIS CALDART	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ R. SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
NELSON BUFFARA	MDB
OLAVO FERREIRA	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
QUELSE CRISOSTOMO	ARENA
ROSÁRIO PITTELI	ARENA
SEBASTIÃO R. JUNIOR	MDB
WILSON BRANDÃO	ARENA
WILSON FORTES	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima (Em exercício na Presidência)

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — JORGE SATO

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (MDB)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (MDB)

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N. 86-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.371-73, de 07 de março de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar o Decreto Legislativo n. 174-70, de 22 de abril de 1970, que designou Norberto Husch, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Motorista no Gabinete da 1.ª Vice Presidência, a partir de 1.º de março de 1973;

II — atribuir ao funcionário acima citado, gratificação de função, correspondente ao símbolo F-5, por estar exercendo as funções de Motorista no Gabinete da 1.ª Vice Presidência, a partir de 1.º de março de 1973.

Palácio “Dezenove de Dezembro” em 13 de março de 1973.

a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 87-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.371-73, de 07 de março de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

designar João Caxias Urban, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de chefe de Gabinete da 1.ª Vice Presidência, percebendo as vantagens inerentes, a partir de 2 de março de 1973.

Palácio “Dezenove de Dezembro” em 13 de março de 1973.

a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 88-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.556-73, de 12 de março de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174 de 16 de novembro de 1970, o funcionário Eros Ruppel Abdala a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos a partir de 1.º de março de 1973.

Palácio “Dezenove de Dezembro” em 13 de março de 1973.

a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 89-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.555-73, de 12 de março de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970 os funcionários Ismar Delagassa Passos, Mario Augusto Guerra e Joaquina Lourenço José, a prestarem serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1973.

Palácio “Dezenove de Dezembro” em 13 de março de 1973.

a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 90-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.554-73, de 12 de março de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

I — Dispensar a pedido, Esverben Guimarães Plaisant, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, das funções de Chefe de Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 1.º de março de 1973;

II — Nomear o funcionário acima citado, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe de Gabinete da Diretoria Geral, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 02 de março de 1973.

Palácio “Dezenove de Dezembro” em 13 de março de 1973.

Palácio “Dezenove de Dezembro” em 13 de março de 1973.

a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 91-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.554-73, de 12 de março de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

I — dispensar a pedido, Eleovan Cesar Ribeiro, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, das funções de Oficial de Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 1.º de março de 1973;

II — designar Sergio Zacarias, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia para exercer as funções de Oficial de Gabinete da Diretoria Geral, percebendo as vantagens inerentes, a partir de 02 de março de 1973.

Palácio “Dezenove de Dezembro” em 13 de março de 1973

a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 92-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.554-73 de 12 de março de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

I — dispensar a pedido, Joaquim Vieira da Silva, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, das funções de Auxiliar de Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 1.º de março de 1973;

II — designar Antonio Ceccon, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Diretoria Geral percebendo as vantagens inerentes, a partir de 02 de março de 1973.

Palácio “Dezenove de Dezembro” em 13 de março de 1973

a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 93-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.554-73, de 12 de março de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar o Decreto Legislativo n. 156-72, que designou Odahir Cosmos, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Motorista no Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 1.º de março de 1973;

II — Atribuir ao funcionário acima citado, gratificação de função,

correspondente ao símbolo F-5, por estar exercendo as funções de Motorista no Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 02 de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 13 de março de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
a) JORGE SATO — 1.º Secretário
a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 94-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.554-73, de 12 de março de 1973, deste Poder.

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970 os funcionários Esverben Guimarães Plaisant Sergio Zacarias, Antonio Ceccon e Odahir Cosmos, a prestarem serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 13 de março de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
a) JORGE SATO — 1.º Secretário
a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 95-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.497-73, de 09 de março de 1973, deste Poder.

RESOLVE:

designar os seguintes funcionários para exercer os cargos que especifica, no Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes, ficando dispensados a pedido os atuais:

Amado Zonatto — Auxiliar de Gabinete
Antonio Carlos Dantas — Chefe da Divisão do Expediente
Luiz Francisco Foutoura — Chefe da Seção de Autografia
Neusa Olivia Melara — Chefe da Seção de Correspondência
Ignês de Oliveira — Chefe da Divisão de Protocolo
Maria do Carmo de Oliveira — Chefe da Seção de Controle e Movimentação de Processos

Antonio Massucheto — Chefe da Seção de Expedição
Reginaldo Xavier Bittencourt — Chefe da Divisão de Documentação
Celso Faraco — Chefe da Seção de Arquivo
José Claudio Luz — Chefe da Seção de Estatística
Joubert da Silva Santos — Chefe da Seção de Documentação Histórica
Armando Soichi Iwaya — Chefe da Divisão de Material e Patrimônio
Edu Liberti — Chefe da Seção de Cadastro
Umberto Moro Redeschi — Chefe da Seção de Compras
Dulio Dias — Chefe da Seção de Almoxxarifado
José Checheliski — Chefe da Seção de Conservação e Manutenção
Antonio Carneiro — Chefe da Divisão de Serviços Gerais
Abel F. Marchiorato — Administrador Geral
Antonio Leandro — Chefe da Seção de Portaria
Normando Pedro Culpi — Auxiliar de Serviços Gerais
Jonas Zampier — Chefe da Seção de Transportes
Lindamir dos Santos — Chefe da Seção de Copa e Cozinha
Edson Carlos de Oliveira — Chefe da Seção de Transmissões
Jandir Nardin — Chefe da Seção de Limpeza e Conservação
Sofia Kolososki — Auxiliar do Serviço de Limpeza
Antonio Gulbino — Chefe da Seção de Telefonia
Luiz Carlos Lichieski — Chefe da Seção de Atendimento ao Plenário

AUXILIARES DE PLENÁRIO

Nevercindo Ribeiro de Lima — Gioachino Sugamosto — Jair Delagassa
— Joana Maciel Farias — Tabajara Martins e Nadir Oliveira Santos

AUXILIARES DE PORTARIA:

João André Ciele — João Farinhak — Mauricio Gonçalves de Freitas e Osvaldo Marques.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de março de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
a) JORGE SATO — 1.º Secretário
a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 96-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.496-73, de 09 de março de 1973, deste Poder.

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970 os funcionários Clovis Stadler de Souza; Amado Zonatto; Antonio Carlos Dantas; Luiz Francisco Foutoura, Neusa Olivia Melara; Ignês de Oliveira; Maria do Carmo de Oliveira; Antonio Massucheto; Reginaldo Xavier Bittencourt; Celso Faraco; José Claudio Luz; Joubert da Silva Santos; Armando Soichi Iwaya; Edu Liberti; Humberto Moro Redeschi; Dulio Dias; José Checheliski; Antonio Alves Carneiro; Abel F. Marchiorato; Antonio Leandro; Jonas Zampier; Lindamir dos Santos; Edison Carlos de Oliveira; Jandir Nardin; Antonio Gulbino; Luiz Carlos Lichieski; Luiza Zack Viane; José Afonso Coelho; Nelson Ferreira Araújo Filho; Luiz Antonio Caron; Edouard Elias Thomé; Gaudência Gil Teixeira; Zelma Lopes Wojcik; May Fair Perini; Osvaldo Marques; João André Ciele e Abib Miguel, a prestarem serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos a partir de 1.º de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de março de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
a) JORGE SATO — 1.º Secretário
a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 97-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.496-73, de 09 de março de 1973, deste Poder.

RESOLVE:

autorizar na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º

6.174, de 16 de novembro de 1970 os funcionários Normando Pedro Culpi; Jair Dalagassa; Brígida Lobo Kolarovicz; Mauricio Gonçalves de Freitas; Lindamir Caran; Silvia Peixoto Granado; Clarice Frois de Miranda; Iglair Smanioti; Rogério Fabiano Neves da Cruz; Rosa Fernandes; Bertoldo Schwarzbach; Rubens Dahar; Izolla Clistau Barichello; João Farinhak; Rosalina Pereira Santin; Maria da Conceição Rodrigues; Antonio dos Santos Ribas; Joana Maciel Farias; Zenaide Silva Filpo; Maria Alexandrina Poncio; Nadir Oliveira Santos; Euthalia Martins da Silva; Nelson Ferreira de Araújo; Jonas de Souza Porto; Izidoro Ceccon; Maria Moreira Maceno; Floripes Alves Boschi; Isaura Bueno e Acyr Villatore a prestarem serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de março de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
a) JORGE SATO — 1.º Secretário
a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 98-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.496-73, de 09 de março de 1973, deste Poder.

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, Ruberval Figueiredo da Silva, ora a disposição desta Assembleia Legislativa a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de março de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
a) JORGE SATO — 1.º Secretário
a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 99-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.553-73, de 12 de março de 1973, deste Poder.

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970 os funcionários Ivo Gusso; Delta de Almeida Cardoso; Walter Adão Pinto de Macedo; Fausto Luiz Abry; Lydia Schonbachler de Almeida; Juguib Mansur; Alston Xavier da Silveira; Areodiva Mann de Souza; Leonilda Bittencourt; Joaquim Vieira da Silva; Francisco Taborda Ribeiro e Joel da Silva Natal a prestarem serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de março de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
a) JORGE SATO — 1.º Secretário
a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 100-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.571-73, de 12 de março de 1973, deste Poder.

RESOLVE:

I — designar os seguintes funcionários para exercer os cargos que especifica, no Gabinete da 2.ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ficando dispensados a pedido os atuais:

Enio Santangelo Malheiros — Assessor
Ruth Carvalho de Mello — Assessor
Carlos Douglas Bukowski — Assessor
Maria de Lurdes Bizetto Reque — Oficial de Gabinete
Ary Natal Chemin — Auxiliar de Gabinete

II — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970 os funcionários acima citados a prestarem serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de março de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
a) JORGE SATO — 1.º Secretário
a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 101-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.571-73, de 12 de março de 1973, deste Poder.

RESOLVE:

I — atribuir a Manoel Pinheiro Cangussu e Elias Pereira, funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, gratificação de função, correspondente ao símbolo F-5, por estarem exercendo as funções de Motorista no Gabinete da 2.ª Secretaria, a partir de 1.º de março de 1973;

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de março de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
a) JORGE SATO — 1.º Secretário
a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 102-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.580-73, de 13 de março de 1973, deste Poder.

RESOLVE:

designar Emílio Mauro Barbosa, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, para prestar serviços de Assessoramento no Gabinete da 2.ª Secretaria a partir de 1.º de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de março de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
a) JORGE SATO — 1.º Secretário
a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 103-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.580-73, de 13 de março de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174 de 16 de novembro de 1970, o funcionário Emílio Mauro Barbosa, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de março de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
a) JORGE SATO — 1.º Secretário
a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 104-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970 os funcionários João Caxias Urban, Osmar Luis Delagassa Passos, Saint Cyr de Oliveira Rocha e Norberto Husch, a prestarem serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de março de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
a) JORGE SATO — 1.º Secretário
a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 105-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.473-73, de 09 de março de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

I — atribuir a Edson Heibel, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, gratificação de função, correspondente ao símbolo F-5, por estar exercendo as funções de Motorista no Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal, a partir de 1.º de março de 1973.

II — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174 de 16 de novembro de 1970, o funcionário acima citado, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de março de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
a) JORGE SATO — 1.º Secretário
a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 106-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.617-73, de 13 de março de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

I — designar Dorizon Salgado Bueno, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, para prestar serviços de Assessoramento no Gabinete da 1.ª Secretaria, a partir de 1.º de março de 1973;

II — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174 de 16 de novembro de 1970 o funcionário acima citado a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de março de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
a) JORGE SATO — 1.º Secretário
a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 16.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 20 de Março de 1973

(Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Muggiati Filho, secretariada pelos Srs. Deputados Gilberto Carvalho e David Federmann.

As 14.00 horas é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Domicio Scaramella, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Tomazoni, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Wilson Brandão, Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Alvaro Dias, Antônio Belinati, João Fadel, Marciano Baraniuk, Nelson Buffara, Olavo Ferreira e Sebastião Rodrigues Júnior (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Em discussão as seguintes Proposições:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n. 157-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 275-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Jardim Iguaçu, Município de Paranavai, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n. 158-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 256-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria uma Escola Comercial em Itaipua do Sul, para funcionar no próximo ano letivo. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Esta Presidência tem a satisfação elevada de registrar a visita a esta Casa, do Sr. Nelson Horn, Prefeito Municipal de Tibagi.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 21, quarta-feira, às 14.00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições nos 161-72 e 162-72.
Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 17.ª Sessão Ordinária Realizada em 20 de Março de 1973 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Muggiati Filho, secretariada pelos Srs. Deputados Borsari Neto e Lázaro Dumont.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Domicio Scaramella, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Tomazoni, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Wilson Brandão, Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Alvaro Dias, Antônio Belinati, João Fadel, Marciano Baraniuk, Nelson Buffara, Olavo Ferreira e Sebastião Rodrigues Júnior (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

15/73

Curitiba, 15 de março de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo alienar os bens imóveis, equipamentos e instalações constantes da Usina Hidrelétrica de Marechal Mallet.

O acervo cuja autorização para alienação é proposta através do Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa, foi examinada e levantado por uma comissão especialmente designada, tendo essa comissão esclarecido que tal acervo não apresenta as mínimas condições para utilização pelos órgãos da Administração Pública, razão pela qual a própria Companhia Paranaense de Energia Elétrica não se interessou por sua utilização, já que se julgou de mais conveniência fosse o suprimento de energia elétrica para aquela região feito pela Usina de Salto Grande do Iguaçu.

Assim sendo e considerando-se que o questionado acervo se encontra totalmente improdutivo e cada vez mais depreciado pelo desuso, embora se tenha procurado conservá-lo devidamente, julgou-se plenamente justificável a sua alienação à iniciativa privada, medida que, se consumada, virá, sem sombra de dúvida, ensejar a implantação de novas indústrias, possibilitando grande desenvolvimento da Região e propiciando boa oferta de mão de obra.

O anteprojeto contém dispositivo expresso determinativo de que a alienação seja feita mediante concorrência pública e preenchimento de todas as formalidades legais aplicáveis à espécie.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOÃO MANSUR

Presidente da Assembleia Legislativa em exercício do cargo de Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, mediante concorrência pública e preenchimento de todas as formalidades legais, os bens imóveis, equipamentos e instalações constantes da Usina Hidrelétrica de Marechal Mallet.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 16-73

Curitiba, 15 de março de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios

da Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, no ano de 1972, como segue:

MEC/Instituto Nacional do Livro — (c/termo aditivo) — ... (03.08.71);
MEC/Departamento de Educação Física e Desportos — (08.03.72);
MEC/Departamento de Educação Física e Desportos — (18.05.72);
MEC/Departamento do Ensino Médio — (26.06.72);
MEC/Departamento de Educação Física e Desportos/Clube Atlético Paissandu — (30.06.72);
MEC/Departamento de Educação Física e Desportos/União Capão Raso Futebol Clube — (30.06.72);
MEC/Departamento de Educação Física e Desportos/Vila Fary Futebol Clube — (30.06.72);
MEC/Departamento de Educação Física e Desportos/Vasco da Gama Futebol Clube — (30.06.72);
MEC/Departamento de Educação Física e Desportos/Sociedade Recreativa Esportiva Bangu — (30.06.72);
MEC/Departamento de Educação Física e Desportos/Esporte Clube Pinheiros — (30.06.72);

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) João Mansur

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

Termo de Convênio entre o Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, a Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Paraná, e o Clube Atlético Paissandu do Município de Curitiba.

O Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, doravante denominado Departamento, representado por seu Diretor Coronel Eric Tinoco Marques, por delegação da Portaria Ministerial n.º 615 — BSB de 15.10.71, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, doravante denominada Secretaria e o Clube Atlético Paissandu, doravante denominado Clube, representados, por delegação da competência, pela Professora Júlia Pereira de Mello, celebram o presente Convênio, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: — O Departamento, repassará à Secretaria, auxílio financeiro na importância de Cr\$ 153.600,00 (Cento e cinquenta e três mil e seiscentos cruzeiros), para aplicação na ampliação e/ou recuperação das instalações desportivas do Clube.

CLÁUSULA SEGUNDA: — Os recursos concedidos pelo presente Convênio serão aplicados rigorosamente de acordo com o projeto, orçamento, cronograma e especificações, aprovados pelo Departamento, conforme constam do Processo n.º 000830-71 — DED.

CLÁUSULA TERCEIRA: — O encargo financeiro do Departamento, de que trata a cláusula primeira, no valor de Cr\$ 153.600,00 (Cento e cinquenta e três mil e seiscentos cruzeiros), correrá por conta da verba da Loteria Esportiva Federal — Programa n.º 09.09.1.032 Desenvolvimento da Educação Física e Desportos Categoria Econômica 4.3.7.1.04 — Item II.2.1 Auxílio para Obras Públicas — Cotas dos 1.º e 2.º semestres de 1972, conforme empenho n.º 203 de 29.6.72.

CLÁUSULA QUARTA: — Os recursos concedidos pelo Departamento só poderão ser movimentados para o fim exclusivo de liquidação de despesa de que trata o presente Convênio, obrigando-se a Secretaria a prestar contas de sua aplicação, no prazo de 6 (seis) meses, a contar da data do recebimento do auxílio, na forma regularmente estabelecida, observando, ainda, as instruções gerais, em vigor no Ministério da Educação e Cultura e as especiais que lhe forem transmitidas por intermédio de seus órgãos competentes, que passam a fazer parte deste Termo.

CLÁUSULA QUINTA: — O Clube obriga-se a franquear à Secretaria o uso gratuito de suas instalações desportivas e vestiários, para execução do programa da Educação Física e realização de competições desportivas estudantis, pelo prazo de 10 (dez) anos, durante os dias úteis da semana, podendo reservar os períodos noturnos ao uso exclusivo dos sócios, sempre que julgar conveniente.

CLÁUSULA SEXTA: — O Clube obriga-se a manter suas instalações desportivas em perfeitas condições de utilização durante todo o prazo de vigência do Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA: — A Secretaria obriga-se a planejar o uso das instalações do Clube, obedecendo rigorosamente o disposto no Decreto n.º 69.450, de 1.º de novembro de 1971 e demais disposições legais vigentes dando ciência ao Departamento de toda a programação, no início de cada ano letivo, durante a vigência de Convênio.

CLÁUSULA OITAVA: — A Secretaria obriga-se a incluir em seu orçamento, os recursos necessários à execução das atividades referidas na cláusula sétima, sob pena de ficar impedida de receber qualquer outro auxílio do Ministério da Educação e Cultura.

CLÁUSULA NONA: — A verificação do cumprimento das obrigações decorrentes do presente Convênio caberá ao Departamento, que, por seu Diretor ou Representante, devidamente credenciado, poderá solicitar quaisquer informações ou vistoriar a execução do projeto, obrigando-se a Secretaria e o Clube a facilitar os trabalhos de fiscalização de que trata esta cláusula, bem como comunicar imediatamente ao Departamento as irregularidades que constatarem na execução do Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA: — No caso de dissolução da entidade a que se refere este Convênio, as instalações ou benfeitorias construídas ou adquiridas com os recursos nele especificados só poderão ser alienadas ou cedidas com a prévia e expressa aquiescência do Departamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: — O presente Convênio subordinar-se-á ao foro federal do Distrito Federal.

E, por estarem de acordo com os termos do presente Convênio, o Diretor do Departamento, Eric Tinoco Marques, a Secretaria e o Clube o subs-

crevem em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas que também o assinam.

Brasília, 30 de junho de 1972.

(aa) Eric Tinoco Marques
Júlia Pereira de Mello

Testemunhas:

(aa) Marília Paes Leme de Castro
Maria Lucia Guimarães Dantas
A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 17-73

Curitiba, 15 de março de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a alienar à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, a quadra de terreno sob n.º 11, do loteamento Vila Iguaçu, em Cascavel, quadra essa de propriedade do Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 20.038, às fls. 1, do Livro 3-AM, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel.

A medida legal ora submetida a essa Augusta Casa de Leis consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que, na questionada área, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, irá construir sua Regional em Cascavel, fato que ensejará grande ampliação do campo energético daquela progressista região.

O anexo plano de lei, que consubstancia o resultado de criteriosos estudos feitos através de processo devidamente instruído e formalizado, contém dispositivo expresso, segundo o qual a alienação deverá ser feita por valor não inferior ao estabelecido pela Deliberação n.º 91-72, do Departamento de Edificações e Obras Especiais e, ainda, que o produto dessa alienação deva ser aplicado na construção de prédio destinado à Presidência do referido DEOE, em Cascavel.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a.) João Mansur

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, a quadra de terreno sob n.º 11, do loteamento Vila Iguaçu, na cidade de Cascavel, neste Estado, quadra essa compreendida pelas ruas Vitória, Carlos Gomes, Joaquim Távora e por uma rua sem denominação, havida pelo Estado do Paraná por força da transcrição n.º 20.038, às fls. 1, do Livro 3-AM, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel.

Art. 2.º — A alienação de que trata a presente lei far-se-á por valor não inferior estabelecido pelo Conselho Administrativo do Departamento de Edificações e Obras Especiais, através da Deliberação n.º 91-72, de 9 de junho de 1972, integrante do protocolado n.º 11.397-72-PG e 3.193-72-DVOP.

Art. 3.º — O valor resultante da alienação autorizada por esta lei será aplicado na construção da sede da Residência do DEOE, em Cascavel.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 18-73

Curitiba, 15 de março de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação aos Anexos I e III, integrantes da Lei n.º 5.978, de 1.º de agosto de 1969, na parte referente às séries de classes de Técnico de Laboratório, Laboratorista e Auxiliar de Laboratório.

A medida ora submetida a essa Augusta Assembléia Legislativa visa dar atendimento a uma antiga reivindicação dos funcionários integrantes do "Grupo Ocupacional SP 300 Laboratório", lotados na Secretaria do Estado dos Negócios da Saúde Pública, no sentido de que as amplitudes das séries de classes de Técnico de Laboratório, Laboratorista e Auxiliar de Laboratório sejam fixadas em níveis funcionais iguais aos estabelecidos para essas mesmas carreiras nos Quadros Próprios de Pessoal do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas e do Departamento de Estradas de Rodagem. Os estudos que precederem à elaboração do Plano de Lei em questão, foram realizados pelos órgãos competentes da Administração, conforme proposta do Senhor Secretário de Saúde Pública, onde aquela autoridade ressaltou o grande interesse do Setor Sanitário do Estado na adoção da medida consubstanciada no anteprojeto de lei em questão.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) João Mansur

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Os Anexos I e III, integrantes da lei n.º 5.978, de 1.º de agosto de 1969, passam, na parte referente às séries de classes de Técnico de Laboratório, Laboratorista e Auxiliar de Laboratório, a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO I"

GRUPO OCUPACIONAL SP-300 — LABORATÓRIO

Código	Série de Classes	Nível	Acesso	N.º de Cargos
SP-301	Técnico de Laboratório	23	—	2
SP-301	Técnico de Laboratório	22	—	3
SP-301	Técnico de Laboratório	21	—	4
SP-301	Técnico de Laboratório	20	—	5
SP-301	Técnico de Laboratório	19	—	6

SP-302	Laboratorista	17	Téc. Laborat.	8
SP-302	Laboratorista	16	Téc. Laborat.	12
SP-302	Laboratorista	15	Téc. Laborat.	16
SP-302	Laboratorista	14	Téc. Laborat.	20
SP-302	Laboratorista	13	Téc. Laborat.	24
				80

ANEXO III LISTA DE ENQUADRAMENTO

		Técnico de Laboratório	23
		Técnico de Laboratório	22
		Técnico de Laboratório	21
Técnico de Laboratório	16	Técnico de Laboratório	20
Técnico de Laboratório	14	Técnico de Laboratório	19
		Laboratorista	17
		Laboratorista	16
		Laboratorista	15
Laboratorista	11	Laboratorista	14
Laboratorista	09	Laboratorista	13
Auxiliar de Laboratório	08	Laboratorista	13

Art. 2.º — As vantagens financeiras decorrentes desta lei serão devidas a partir da data de sua publicação, correndo as despesas à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 19-73

Curitiba, 15 de março de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com o Município da Lapa, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) João Mansur

Presidente da Assembleia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado.

PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal da Lapa, Estado do Paraná, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos trinta dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança, presentes o Senhor Gal. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, e o Senhor Dr. Sérgio Augusto Leoni, Prefeito Municipal da Lapa, Estado do Paraná, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.48) e tendo em vista a autorização governamental data de 21.07.72, resolveram, mediante cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (Investimento capital) e de verbas de custeio do orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações

A Polícia (judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º, do Código de Processo Penal e Decreto Estadual n.º 9949, de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia Local e seus órgãos competentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial: civil, restrita a área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal da Lapa, Estado do Paraná, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis, fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídos substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência

— Este Convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste Convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionamento do prejuízo à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Lapa, 30 de janeiro de 1973

MÁRIO CARNEIRO PORTES

Secretário de Segurança Pública

SERGIO AUGUSTO LEONI

Prefeito Municipal

(As. Ilegível)

Testemunha

(As. Ilegível)

Testemunha

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

20/73

Curitiba, 15 de março de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Estado dos Negócios da Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, como segue:

MEC/Instituto Nacional do Livro — (22-1-73);

MEC/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — 31-1-73).

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOAO MANSUR

Presidente da Assembleia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado

Termo Aditivo ao Convênio celebrado aos 22 de janeiro de 1973, entre o Instituto Nacional do Livro, órgão do Ministério da Educação e Cultura, aqui também representado por sua Diretora, a escritora Maria Alice Barroso, e o Governo do Estado do Paraná, através de sua Secretaria de Educação, representada pelo Sr. Secretário.

Considerando o disposto nas cláusulas Segunda, Sexta, Sétima, Oitava e Décima Primeira do Convênio supracitado, o Instituto Nacional do Livro, doravante denominado Instituto, e a Secretaria de Educação do Estado do Paraná, doravante denominada Secretaria, aos 19 dias do mês de janeiro de 1.973, acordam ainda em:

CLAUSULA PRIMEIRA

A cláusula segunda do Convênio passa a ter a seguinte redação: "O INL obriga-se a entregar até 15-3-73, 509.000 (quinhentos e nove mil) livros correspondentes à parte estipulada, no Programa do Livro Didático, para o ano de 1973, no Estado de Paraná, quantidade essa que será acrescida de Manuais para Professores, quando houver, sendo que os referidos Manuais serão distribuídos na proporção de 1/30 (um por trinta) livros, aproximadamente.

CLAUSULA SEGUNDA

O total de livros a ser entregue à Secretaria será o discriminado na relação a ser enviada até 31-12-72 e que ficará fazendo parte integrante deste.

CLÁUSULA TERCEIRA

A relação referida na cláusula anterior discriminará os títulos e quantidades definitivas a serem entregues à Secretaria, respeitadas suas indicações e com as modificações exigidas para o bom cumprimento do Programa, de acordo com a Cláusula Décima Primeira do Convênio.

CLÁUSULA QUARTA

Conforme estipulado na cláusula Sexta do Convênio, o Governo do Estado do Paraná, obriga-se a contribuir com Cr\$ 274.860,00 (duzentos e setenta e quatro mil, oitocentos e sessenta cruzeiros), para o Programa Nacional do Livro Didático, em contraprestação aos livros que receberá, do modo a assegurar, nos anos subsequentes, continuidade e estímulo ao Programa.

PARÁGRAFO ÚNICO

A importância supra referida será depositada em favor do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, na Agência Central do Banco do Brasil S.A. — Brasília (DF), Conta n. 405.679/5, até 30-6-73, para a constituição do Convênio e da Resolução n. 10, de 20-9-71, do Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura, publicada no Diário Oficial da União, em 27-9-71, página 7.811.

CLÁUSULA QUINTA

Ficam mantidas as demais cláusulas e obrigações anteriormente assumidas.

E por assim haverem acordado, declaram as partes convenientes aceitar todas as condições estabelecidas complementarmente nas cláusulas do presente Termo Aditivo, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelos Convenientes e testemunhas.

aa) ROBERTO LINHARES DA COSTA

Secretário de Educação
MARIA ALICE BARROSO
Diretora do INL

Testemunhas:

ANTONIO DOS SANTOS FILHO
HELIO DE SOUZA CERCAL

Termo de Convênio celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura por intermédio do IV Distrito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Departamento de Assuntos Culturais e o Governo do Estado do Paraná, representado pelo Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, destinado à colaboração mútua entre as partes convenientes para a proteção, preservação, revalorização dos monumentos de interesse histórico, artístico, arqueológico e paisagístico existentes no Estado do Paraná.

Aos trinta e um dias do mês de janeiro de mil novecentos e setenta e três, presentes o Senhor Doutor Luiz Saia, Chefe do IV Distrito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, representando o Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura, devidamente autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro e o Senhor Doutor Roberto Linhares da Costa, representando a Secretaria do Estado dos Negócios da Educação e Cultura, devidamente autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, em despacho exarado no protocolado PG-29.303-72, foi celebrado o presente Convênio que estabelece os seguintes compromissos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O Ministério da Educação e Cultura por intermédio do IV Distrito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Departamento de Assuntos Culturais e o Governo do Estado do Paraná, representado pela Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, assumem, explicitamente o compromisso de consulta mútua nos assuntos referentes aos problemas de proteção, preservação, revalorização dos monumentos de interesse histórico, artístico, arqueológico e paisagístico existentes no Estado do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA

A Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, por intermédio do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se obriga à audiência prévia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no referente ao uso dos monumentos tombados pelo mesmo e de propriedade do Estado do Paraná, especialmente no sentido de obediência aos termos do Compromisso de Brasília e reafirmando no Encontro de Salvador, quando os mesmos tiverem recebido o benefício de obras executadas por iniciativa do Governo Federal, bem assim aqueles em que a mesma Secretaria é interveniente no relativo ao uso.

CLÁUSULA TERCEIRA

A Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, por intermédio do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico cooperará, dentro de suas possibilidades orçamentárias, com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, quando for conveniente complementar as dotações federais, no caso de obras já em execução e para as quais esteja previsto um uso público determinado, bem assim aquelas cujo uso esteja dependendo de obras complementares que possam ser realizadas pelos órgãos do poder público estadual.

CLÁUSULA QUARTA

Para cada monumento enquadrado nas cláusulas segunda e terceira do presente convênio, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Secretaria da Educação e Cultura firmarão protocolo especial especificando as respectivas obrigações e o plano de utilização.

CLÁUSULA QUINTA

A Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura fornecerá ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a documentação resultante do inventário das artes menores existentes no Paraná, trabalho a ser realizado pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico, que poderá solicitar colaboração de outros órgãos públicos especializados, arcando com as despesas respectivas.

CLÁUSULA SEXTA

Aos municípios que lançarem mão da quota de cinco por cento (5%) do Fundo de Participação (Resolução n. 94-70) do Tribunal de Contas da União) em obras de conservação de bens tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, contarão com a contribuição, em igual importância, por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura de recursos financeiros para o emprego nas referidas obras, comprometendo-se, ainda, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a aprovar a aplicação, pelos municípios, daquela quota, também, em obras tombadas pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico.

CLÁUSULA SÉTIMA

As despesas com o cumprimento dos compromissos financeiros por parte do Ministério da Educação e Cultura, serão atendidas à conta de recursos próprios consignadas ao Departamento de Assuntos Culturais e destinados a programações específicas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

CLÁUSULA OITAVA

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, supervisionará e prestará assistência técnica necessária em todas as fases de quaisquer trabalhos que venham a ser executados em decorrência do presente convênio a fim de assegurar aos bens de valor cultural e adequada preservação e revalorização.

CLÁUSULA NONA

O presente convênio vigorará enquanto convier às partes convenientes, só podendo ser rescindido após acordo mútuo entre as mesmas.

E, por estarem de acordo, firmam o presente Convênio, em cinco (5) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Luiz Saia

Roberto Linhares da Costa

Testemunhas:

Cyrollydio Corrêa de Oliveira Lira

Antonio Vieira Calabresi

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

21/73

Curitiba, 15 de março de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar os cargos em comissão que especifica, com lotação na Escola Polivalente de Curitiba, de 1.º Grau, da Rede Estadual de Ensino.

A medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis é altamente significativa e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que, se constitui em importante e decisivo passo no sentido da efetiva implantação da reforma do ensino, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal n. 5.692, de 11 de agosto de 1971.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n. 2.098-72, de 24 de agosto de 1972, firmada pelo Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, diz, com mais detalhes, sobre a necessidade e oportunidade da medida consubstanciada no Plano de Lei encaminhado à apreciação dessa Assembléia Legislativa.

Certo de que a proposição ora encaminhada a essa Colenda Casa receberá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Ficam criados, no Quadro Único de Pessoal do Estado, Parte Permanente, os cargos isolados, de provimento em comissão, de Diretor, símbolo 2-C, Vice-Diretor, símbolo 3-C e Secretário, símbolo 8-C, da Escola Polivalente de Curitiba (Boqueirão), 1.º Grau, da rede estadual de ensino.

§ 1.º — O provimento dos cargos referidos neste artigo será feito pelo prazo de dois (2) anos, por pessoas que atenderem regularmente aos Cursos PREMEN do Estado do Paraná.

§ 2.º — Poderá haver recondução por uma vez ao exercício do respectivo cargo, a critério do Secretário da Educação e Cultura.

Art. 2.º — Mediante decreto do Chefe do Poder Executivo será definida a lotação de cargos efetivos do pessoal que se fizer necessário ao funcionamento da Escola Polivalente de Curitiba.

§ 1.º — A fim de compor o corpo docente da Escola Polivalente de Curitiba (Boqueirão) — 1.º Grau, fica criada, no Quadro Próprio do Magistério, Parte Permanente, a Série de Classes de Professor de Áreas de Ensino, conforme estrutura abaixo especificada:

Serviço: Magistério

Grupo Ocupacional M-500 — Magistério Técnico

CÓDIGO	SÉRIE DE CLASSES	NÍVEL	N. DE CARGOS
M-501	Professor de Áreas de Ensino	24	8
M-501	Professor de Áreas de Ensino	23	10
M-501	Professor de Áreas de Ensino	22	22
			40

§ 2.º — Fica, ainda, criada, no Grupo Ocupacional do Magistério Técnico M-400, a classe única de Coordenador Pedagógico, nível 25, composta de um cargo, com lotação na Escola Polivalente de Curitiba.

Art. 3.º — Os cargos criados pelos parágrafos 1.º e 2.º do artigo anterior, são privativos de portadores de diplomas de curso de licenciatura plena ou de licenciatura de curta duração e que tenham realizado, com aproveitamento, os cursos de retreinamento do PREMEN.

Art. 4.º — Aos ocupantes dos cargos do Quadro Próprio do Magistério e do Quadro Único de Pessoal, de lotação da Escola Polivalente de Curitiba (Boqueirão) 1.º Grau, aplica-se o regime de tempo integral de dedicação exclusiva previsto em lei, mediante a gratificação mensal a ser fixada por de-

creto do Chefe do Poder Executivo, por proposta do Secretário da Educação e Cultura.

Art. 5.º — A despesa decorrente da execução desta lei correrá à conta da verba própria orçamentária da Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

N. 2.098/72

Curitiba, 24 de agosto de 1972

Excelentíssimo Senhor Governador:

Na estrutura da Escola Polivalente de Curitiba (Boqueirão) 1.º Grau, nesta Capital, estão previstos, segundo orientação transmitida pelos órgãos federais competentes, os cargos isolados, de provimento em comissão, de Diretor, Vice-Diretor e Secretário.

Como tais cargos ainda não existem e o respectivo provimento é urgente, para que o referido estabelecimento de ensino possa entrar em funcionamento normal, elaborou esta Secretaria de Estado, o anexo anteprojeto de lei, cuja minuta tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência.

Nos termos do mesmo anteprojeto, os três cargos isolados, de provimento em comissão, terão vencimentos correspondentes aos símbolos 2-C, 3-C e 8-C (artigo 1.º) e os seus ocupantes ficam sujeitos ao regime de tempo integral, com a jornada de quarenta (40) horas semanais de trabalho.

Com tais providências, os cargos da alta direção do referido estabelecimento alcançarão um nível salarial capaz de estimular os seus ocupantes a bem desempenhar suas árduas tarefas, ficando, assim, atendida a recomendação feita nesse sentido, pelas autoridades federais encarregadas da implantação das Escolas Polivalentes no País.

Pelos motivos expostos, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência o encaminhamento de mensagem à douta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, propondo a criação dos referidos cargos, na forma da anexa minuta.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência as minhas mais nobres expressões de estima e apreço.

ROBERTO LINHARES DA COSTA

Secretário da Educação e Cultura

OFÍCIOS:

Sob o n. 43-73, do Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Estado dos Negócios de Segurança Pública, congratulando-se com os membros da nova Mesa Executiva desta Assembleia Legislativa. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n. 01-73, do Senhor Luiz Zavatin, comunicando haver sido empossado no cargo de Prefeito Municipal de Araruna. — Ao conhecimento da Casa.

— Do Senhor Luiz Loyola, Presidente da Câmara Municipal de Telemaco Borba, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa daquele Legislativo Municipal. — Ao conhecimento da Casa.

— Do Senhor Dr. Nelson Accioly Calderari, Presidente da Câmara Municipal da Lapa, comunicando haver sido empossada a nova Mesa Diretora daquele Legislativo Municipal. — Ao conhecimento da Casa.

— Do Senhor Aludino Nedeff, Presidente da Câmara Municipal de Santa Izabel do Oeste, comunicando haver sido empossada a nova Mesa Diretora daquele Legislativo Municipal. — Ao conhecimento da Casa.

— Do Senhor Venâncio Martins da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Rio Branco do Sul, comunicando haver sido empossada a nova Mesa daquele Legislativo Municipal. — Ao conhecimento da Casa.

— Do Senhor Balthazar Gomes, Diretor Executivo da Associação dos Municípios do Paraná, congratulando-se com a Presidência e demais membros da nova Mesa Executiva desta Assembleia Legislativa. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

— Sob o n. 73-194, do Senhor Paulo Vicente Pereira de Souza, comunicando haver assumido as funções de Gerente da Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL. — Ao conhecimento da Casa.

— Sob o n. 324-73, do Senhor Odir Gomes da Rocha, Presidente da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, congratulando-se com a nova Mesa Executiva desta Assembleia Legislativa. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

— Do Senhor Nelson Accioly Calderari, Presidente da Câmara Municipal da Lapa, congratulando-se com a nova Mesa Executiva deste Poder Legislativo. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n. 183-73, do Senhor Deputado Almir Pinto, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, comunicando a eleição e posse da nova Mesa Diretora daquele Legislativo Estadual. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Ofício circular do Senhor Deputado Enio Pessoa Guerra, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, comunicando a eleição e posse da Nova Mesa Diretora daquele Legislativo Estadual. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Do Senhor Deputado Fernando Gonçalves, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, comunicando a eleição e posse da nova Mesa Diretora daquele Legislativo Estadual. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n. 115-73, do Senhor Deputado Flavio Marcilio, Presidente da Câmara Federal, comunicando a eleição e posse da nova Mesa Diretora para o biênio 1973-1974. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n. 151-73, do Senhor Aurélio Feijó, Juiz Presidente do Tribunal de Alcáida desta Capital, comunicando que em sessão plenária foi aprovado por unanimidade, voto de congratulações à nova Mesa desta Assembleia Legislativa. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n. 109-73 do Senhor Vereador Edgard Dantas Pimentel, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, comunicando que em Sessão Plenária, foi aprovada a proposição de autoria do Vereador Arlindo Ribas de Oliveira, subscrita pelos Vereadores João Queiroz Maciel, José Gorski e João Batista Alberto Gnoato, congratulando-se com a eleição da nova Mesa desta Assembleia Legislativa. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n. 14-73, do Senhor Jerônimo Teixeira de Avila, Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, comunicando haver assumido o cargo de Prefeito Municipal daquela Comuna. — Ao conhecimento da Casa.

Circular sob n. 01-73, do Senhor Clovis Freitas, Prefeito Municipal de Floresta, comunicando haver assumido o cargo de Prefeito daquele Município. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n. 128-73, do Senhor Acilio Barcelos de Camargo, Presidente da Câmara Municipal de Barra Mansa, solicitando a esta Casa a intercessão jun-

to ao Congresso Nacional, para que seja posto em votação o Estatuto dos Municípios, visto a necessidade de adaptar seus Regimentos Internos as novas Leis e Decretos. — Ao conhecimento da Casa

Circular sob o n. 001-73, do Senhor Alvin Pinheiro, 1.º Secretário da Câmara Municipal de Amaporá, comunicando a eleição e posse da nova Mesa que regerá os trabalhos daquele Poder Legislativo, durante o período de 2 anos. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n. 50-73, do Senhor João Batista dos Reis, Presidente da Câmara Municipal de Bela Vista do Paraíso, comunicando que foi aprovado por unanimidade, votos de felicidades nos trabalhos legislativos, à nova Mesa que ora assume. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Circular do Senhor José Ribeiro da Rosa Filho, Presidente da Câmara Municipal de Jaboti, comunicando a eleição e posse da nova Mesa daquele Legislativo Municipal. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Circular sob o n. 01-73, do Senhor Alceu Justos, Presidente da Câmara Municipal de Faxinal, comunicando a eleição e posse da nova Mesa Diretora para o biênio 73-75. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Circular sob o n. 02-73, do Senhor João da Silveira, Presidente da Câmara Municipal de Alto Piquiri, comunicando a eleição e posse da nova Mesa daquele Legislativo Municipal. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n.º 15-73, do Senhor Sebastião Erni de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques, comunicando a eleição e posse da nova Mesa Executiva que dirigirá os trabalhos daquele Legislativo Municipal. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Circular sob o n. 01-73, do Senhor Norival Camargo Valadão, Presidente da Câmara Municipal de Terra Roxa, comunicando a eleição e posse da nova Mesa Diretora daquele Legislativo Municipal que regerá os trabalhos durante o biênio 73-75. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Circular sob o n. 01-73, do Senhor Anexio Vargas Netto, Presidente da Câmara Municipal de Araruna, comunicando a eleição e posse da nova Comissão Executiva, para dirigir os trabalhos no período 73-74. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Circular sob o n. 1-73, do Senhor João Juvenino de Siqueira comunicando haver assumido o cargo de Prefeito Municipal da cidade de Jaboti. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Do Senhor Ludovico Valle, Presidente da Câmara Municipal de Quatiguá, comunicando a eleição e posse da nova Mesa que dirigirá os trabalhos daquele Legislativo Municipal. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Excelentíssimo Senhor Ardinall Ribas Deputado Federal, ocorrido em 17 de março de 1973.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1973.

(a) — Borsari Neto

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje um voto de pesar pelo passamento do Senhor Francisco Neves ocorrido ontem nesta Capital.

Figura das mais conhecidas e conceituadas, Francisco Neves, foi na sua vida pública, presidente do extinto PTB, onde sempre batalhou pela causa do povo sua eterna preocupação.

O extinto era genitor do Senhor Leo de Almeida Neves e seu falecimento deixa uma lacuna dentre as figuras que o Paraná aprendeu a respeitar.

Requer, outrossim, seja oficiado o teor deste requerimento à família entulada.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1973.

(a) — Muggiati Filho

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje um voto de pesar pelo passamento do Senhor Amazonas Marcondes Filho aos 87 anos, dia 18 próximo passado, na cidade de União da Vitória.

Figura das mais conhecidas e conceituadas naquele Município, Amazonas Marcondes Filho, foi na sua vida pública, um batalhador pela causa do povo sua eterna preocupação.

O extinto era filho do Senhor Amazonas Marcondes, um dos fundadores e primeiro Prefeito de União da Vitória. Seu falecimento deixa uma lacuna dentre as figuras que o Paraná aprendeu a respeitar.

Requer, outrossim, dar-se ciência à família entulada.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1973.

(a) — Domício Scaramella.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições Regimentais, ouvido o Plenário, REQUER, seja enviado ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes Dr. Ivo Máximo Domingues, expediente solicitando daquela Pasta providências urgentes no sentido de determinar o revestimento primário da estrada que liga o Município de Tibagi até o Alto do Amparo estrada do Café.

O pedido acima tem por finalidade principal alertar o Governo para a grande Safra de Soja às vésperas da colheita que está sendo desenvolvida no Município de Tibagi, a qual é estimada em 650 mil sacas, de não devido a precariedade da única estrada existente, está na iminência de não alcançar o mercado consumidor, se ocorrer temporada de chuva na época da colheita, já que a Sede do Município produtor não possui condições de estocagem, e nem mesmo sacadores para tal quantidade, do que viria a deterioração do produto, com prejuízo total para os produtores e para o próprio poder Público.

O pedido aqui consubstanciado tem a pretensão de traduzir o anseio da população Tibagiana, cujo Município hoje se encontra em franco de-

envolvimento agrícola, e que confia nas prontas providências, que cabe sua Excelência o Secretário dos Transportes haverá de adotar.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1.973.

(a) — Leopoldo Jacomel.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem requerer a Vossa Excelência que, ouvida a Casa, se registre em Ata um voto de congratulações com os proprietários e dirigentes do Hospital e Maternidade Santa Izabel, modelar estabelecimento que vem de entrar em funcionamento na tão esquecida Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, em Curitiba, porque, graças ao arrojo da iniciativa particular, as quinze mil pessoas que, aproximadamente compõem a população daquele núcleo habitacional dispõem, a partir de agora de assistência médico-hospitalar completa, dia e noite, inclusive nos domingos e feriados.

No entanto, para que essa assistência se torne efetiva, é necessário que os órgãos previdenciários procedam a credenciação do recém-inaugurado Hospital, já que os moradores da Vila, são em geral, pessoas de condição modesta e, até agora nas emergências da doença se viam compelidas a dispendiosos deslocamentos até o centro da cidade numa dispêndia de perto de quinze quilômetros, para obter recursos médicos e hospitalares.

Assim, com o voto de congratulações que ora proponho, desejo dirigir um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para que, no interesse de uma coletividade expressiva e desamparada, autorize o Instituto de Previdência do Estado do Paraná a proceder à credenciação do Hospital e Maternidade Santa Izabel, bem como envide esforços junto ao Instituto Nacional de Previdência Social para que também esse organismo conceda a necessária credenciação, já que, segundo estamos informados, a única credenciação concedida àquele estabelecimento hospitalar foi a do Instituto de Previdência do Município de Curitiba.

Requeiro, finalmente, que, no inteiro teor deste requerimento, sejam enviadas cópias ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ao Senhor Superintendente do Instituto de Previdência do Estado do Paraná e ao Senhor Superintendente do Instituto Nacional da Previdência Social do Paraná.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1973.

(a) — Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário,

REQUER seja consignado na ata dos trabalhos de hoje um voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Kurt Artur Schwartz, pela sua nomeação como Consul Geral da República Federal da Alemanha para os Estados do Paraná e Santa Catarina.

O novo Consul já conhece o Brasil, pois prestou serviços em Recife nos anos de 1953 a 1955. Ao ser nomeado exercia as altas funções de Assessor da Embaixada daquele País em Petrópolis, África do Sul.

Em face da larga experiência e conhecimento do mesmo espera-se que desenvolva uma grande atuação e trabalho no fortalecimento cada vez maior da fraternal amizade que nos une ao grande e amigo país.

Requeiro outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Consulado da República Federal da Alemanha e ao homenageado.

Sala das Sessões em 20 de março de 1973

(a) — Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, que se encaminhe ao Sr. Secretário de Segurança apelo no sentido de suas providências de se fazer convênio com a Universidade de Ponta Grossa com a finalidade de serem realizados exames toxicológicos de interesse da Polícia Civil nos Laboratórios daquela Fundação.

Os exames toxicológicos requisitados pelo Departamento Médico Legal, são feitos exclusivamente em Curitiba, o que acarreta grande transtorno pelo enorme acúmulo de serviços.

A medida por nós sugerida iria beneficiar ambas as partes pela descentralização dos referidos exames.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1973.

(a) — David Federmann

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário,

REQUER:

a inserção em ata dos trabalhos desta Casa, a íntegra do discurso anexo, proferido pelo Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Ary de Lima, em sessão realizada no dia 14 de agosto de 1972, o qual saúda o brilhante trabalho desdramador que vem sendo executado pelo senhor Enio Pepino.

Sala das Sessões, em 16 de março de 1973.

(a) — Fuad Nacli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que ao final subscreve, usando de prerrogativas legais e na forma prevista regimentalmente, requer ouvido o Plenário oficie-se ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Obras, Engenheiro Ozires Stenghel Guimarães solicitando de Sua Excelência que se digne responder por escrito aos quesitos que lhe foram formulados quando espontaneamente compareceu a esta Casa, durante a sessão de ontem.

Esclareça-se a Sua Excelência, no expediente que lhe será encaminhado que dada a complexidade de várias das perguntas, e da solicitação paralela de fornecimento de documentos, não seria possível num exame verbal da matéria, formar convicção sólida. Nessas condições, seriam as seguintes as questões que esperamos sejam respondidas:

a) — Como não tinha realizado concorrência pública quando lançou seu

plano de autofinanciamento de novos telefones em que elementos se baseou a Telepar para estipular o custo por assinantes?

Solicitamos cópia do projeto técnico e estudo de viabilidade financeira.

b) — Quanto já foi arrecadado com a venda de telefones, onde está aplicado o dinheiro (relacionar os investimentos em "open market" e outros).

c) — Estão incluídos os estudos de engenharia final e de viabilidade econômica para instalação do sistema Siemens em Curitiba? Solicitamos cópia.

d) — Visto que se pretende substituir e não complementar o sistema atual o preço desse novo sistema, pronto. Está computado nesse preço o custo de todas as obras civis e outras de infra-estrutura necessárias à instalação das centrais.

e) — No custo admitido pela Telepar foi computada a retirada do material ora em uso e sua depreciação.

f) — Qual o prazo dado pela empresa escolhida como necessário para a entrega das 53.700 linhas anunciadas, já testadas e em funcionamento?

Qual o prazo dado pela concorrência e qual a multa contratual para o descumprimento?

g) — Qual o amparo jurídico e legal para o descumprimento, pela Telepar dos termos por ela mesma ditados no Edital 2-72, contratando a substituição de 31.200 linhas, mais a ampliação até 53.700, quando a licitação de 22.500 linhas?

h) — Por que a Telepar recusou-se a exibir em juízo a proposta vencedora, a carta oferta, o projeto vencedor e a cópia da Ata em que foi escolhida a empresa Siemens?

i) — Consta da proposta vencedora a cobertura de todas as obras de infra-estrutura para a instalação das centrais, incluindo a retirada e depreciação do equipamento atual, obras civis, mão de obra etc?

j) — Qual esse custo, a ser comprovado pela cópia da proposta vencedora e qual o custo apresentado para ampliação do sistema existente pelas demais concorrentes?

k) — Por que a Telepar contratou advogado particular para apresentá-la na contestação de uma simples medida preliminar como é o pedido de exibição de documentos? Quais os honorários pagos ou contratados?

l) — Quais as cidades do mundo que possuem o sistema que se quer introduzir aqui, em centrais com mais de trinta mil linhas? Qual a cidade brasileira que possui esse sistema? Onde foi testado, aqui ou no mundo, em central piloto a compatibilidade para ligações em DDD dos dois sistemas? Haverá necessidade de adaptação das centrais de trânsito que interligam Curitiba ao resto do Brasil? (Na afirmativa, dizer o custo e se está englobado no preço apresentado pela empresa vencedora).

m) — Considerando que o Governo Federal comprou um milhão de linhas pelo sistema tradicional, para implantação no Rio e em São Paulo, persiste a Telepar considerando que a aquisição de tal equipamento é desperdício de dinheiro?

Sala das Sessões, 20 de março de 1973.

(a) — Erondy Silvério.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n. 18-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado Cândido Berthier Fortes, o Ginásio Estadual localizado na sede do Município de Marilena.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1973.

(a) — Quíselo Crisóstomo

JUSTIFICATIVA:

Cândido Berthier Fortes, descendente de pioneiros e ele próprio pioneiro, pertence à estirpe dos homens que escreveram a história do Norte paranaense. Em suas lutas bravas de agricultor e plantador de civilização, fundou as cidades de Itamaracá e Guairacá, sempre acompanhado por sua esposa, Dona Dávia, a quem Cândido Fortes sempre atribuiu grande parcela de responsabilidade e compartilhamento.

Ao falecer no dia 10 de outubro de 1963, na cidade de Jacarezinho, Cândido Berthier Fortes deixou aos seus quatro filhos, entre os quais se destaca o nosso ilustre colega deputado Wilson Figueiredo Fortes um legado de trabalho e dedicação à terra paranaense.

Projeto de Lei n. 19-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Creche "Nossa Senhora de Fátima", com sede na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1973

(a) — Lázaro Dumont

JUSTIFICATIVA:

A Creche "Nossa Senhora de Fátima" foi fundada em Londrina a 18 de outubro de 1965, e tem por finalidade assistir a criança, sem distinção de cor, nacionalidade ou religião e em particular a criança pobre.

Pelo Estatuto em anexo, verifica-se que a entidade preenche plenamente os requisitos legais exigidos pela legislação para que venha a ser declarada de utilidade pública.

Nestas condições, estamos certos que o presente projeto de lei merecerá ser acolhido pelos nobres colegas.

Projeto de Lei n. 20-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Creche "Semiramis Braga" com sede na cidade de Apucarana.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1973.

(a) — Lázaro Dumont.

JUSTIFICATIVA:

A Creche Semiramis Braga foi fundada em 11 de novembro de 1965, na cidade de Apucarana, tendo como finalidade a assistência à criança, sem distinção de sexo, cor, nacionalidade ou religião, e particularmente à criança pobre ou filhos de mães que trabalham fora do lar.

Os membros da sua diretoria não são remunerados, e o Estatuto da entidade está devidamente registrado no Cartório competente, conforme consta da documentação anexa.

Assim, esperamos contar com o valioso apoio dos nobres Pares na aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI N.º 21-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a União Beneficente "Nossa Senhora da Piedade", com sede em Marialva.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1973.

(a) Lázaro Dumont

JUSTIFICATIVA:

A União Beneficente "Nossa Senhora da Piedade", foi fundada em Marialva, em data de 15 de agosto de 1968, com o intuito de prestar auxílio nos setores sanitário, natural e social.

O seu Estatuto está devidamente regularizado, com a publicação no Diário Oficial do Estado e registro no Cartório competente da Comarca.

Assim, se acham preenchidas as exigências legais para que esta Casa venha aprovar o presente Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Temos a satisfação de registrar as presenças em nosso Plenário dos Srs. Pedro Mufato, Prefeito Municipal de Cascavel; Horalino Bilibio, Presidente da Câmara de Vereadores; André Wipych, Vereador, ambos de Cascavel; e do Sr. Antonio Galera, Prefeito Municipal de Mandaguari.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fiz a minha inscrição para usar da palavra no Grande Expediente da Sessão de hoje, para trazer ao conhecimento da Casa as grandes dificuldades que tenho encontrado junto à Secretaria de Educação e Cultura. Sei que muitos dos Srs. Deputados lutam com esta mesma dificuldade.

Salvando a minha responsabilidade, perante os Municípios que tenho a honra de representar, o único meio e maneira que todos nós possuímos é esta tribuna que me foi concedida pelo povo de nossa região.

Quero, neste momento, ressaltar também a responsabilidade de S. Exa., o Sr. Governador do Estado, Deputado João Mansur que, nesta passagem transitória pelo Governo do Estado, tem dificuldade de solucionar problemas como este junto a Secretários que vêm falhando e prejudicando a administração do Estado.

Dirigi-me a S. Exa. o Sr. Secretário de Educação pedindo a nomeação de um Diretor para um estabelecimento de ensino, um Ginásio Estadual, cujo estabelecimento de ensino foi abandonado por seu Diretor e a Secretária não quis assumir a direção. Para o cargo foi designado, pelo Inspetor Regional de Ensino, um Professor daquele mesmo estabelecimento.

Fiz à Secretaria de Educação um ofício, certo de que seria tranquila a nomeação desse Professor para que pudesse atender aquele estabelecimento logo agora no início do ano, quando há uma série de casos para resolver. A resposta que tive é que não chegou o pedido de demissão do Diretor que abandonou o cargo e que não tinham conhecimento que o Inspetor havia designado esse outro Professor para responder pela chefia do estabelecimento. O Inspetor mandou ofício informando que havia protocolado o pedido de demissão daquele Diretor. A Secretaria está aguardando a chegada desse pedido de demissão para que possa nomear o Professor por mim indicado, que havia sido antes designado pelo Inspetor de Ensino. O Estabelecimento está acéfalo pela falta de designação desse Professor ou de qualquer outro que a Secretaria desejasse.

Fui surpreendido na semana passada quando solicitava o funcionamento em dois períodos o Ginásio e salas de aula de um Grupo Escolar de outro estabelecimento em razão da falta de salas pelo número de alunos que tinham pedido a matrícula, com a resposta que tive foi a de que precisava fazer um levantamento estatístico e ver as estatísticas da Secretaria de Educação, para ver da necessidade real ou não dessas salas de aula. Ainda continua sem solução. Felizmente, eu tenho ao meu lado o Inspetor, que deixou que funcionassem essas duas salas de aula sem conhecimento da Secretaria, porque, se fosse esperar teria que dispensar os alunos.

Um outro estabelecimento de ensino, que pede também a substituição, e me disse o Sr. Secretário que não podia fazer, que só o faria com uma sindicância porque ele estava sendo muito bem vigiado — nesses termos — pelo SNI, que vem acompanhando todos os atos da Secretaria. Penso eu que, aqueles que tem a intenção de agir corretamente não tem nada a esconder. A sindicância foi feita, e, tão logo terminada esperávamos que o Sr. Secretário tomasse uma providência, ao que o Sr. Secretário respondeu que precisava ver o Deputado que representava aquele Município, para solucionar o caso, caso esse que já deixara de ser político para ser, isto sim, de ordem administrativa. Nesse Município, sou eu o segundo Deputado mais votado. Recebi agora do Diretório Municipal daquele Município, e recebi do Prefeito e Vice-Prefeito daquele município, indicação como representante. Nesses termos foi que me dirigi ao Sr. Secretário e nada foi solucionado.

O que vemos no Ensino é a morosidade no que diz respeito à reciclagem, os professores convocados para a reciclagem, depois são dispensados por falta de recursos, alguns professores até perderam as suas férias esperando a reciclagem.

O que estamos notando é que precisava ser ampliado e dinamizado o MOBIL no nosso Estado, eis que vai crescer muito no nosso Estado, por que esse Secretário está preparando alunos para o MOBIL no futuro.

Verificamos também que, quando Prefeitos têm interesse em participar, em dar a sua colaboração solucionando os casos mais urgentes com referência a salas de aulas, pedem um convênio, encontram dificuldades, por falta de recursos, e, se o professor constrói a sala de aula, não recebe equipamento sob a alegação de que a sala de aula não foi feita em convênio. A Secretaria só fornece quando for construída em convênio, Estado e Município.

Não fazem o convênio, o Prefeito constrói por conta própria — aí ele não recebe nenhuma carteira, então elas tem que ser adquiridas pelo próprio município, porque não há atendimento nesse sentido.

Isso representa mais um desprestígio a todos nós Deputados, que recebemos pedidos das Diretoras de estabelecimentos de ensino. Uma Diretora pediu-me uma máquina de mimeógrafo, dirigi ofício à Secretaria pedindo a máquina; constatada a necessidade, a Secretaria concedeu a máquina; feito isto, a Diretora recebeu um rádio dizendo que ela viesse retirar a máquina. Ora, os Senhores sabem que uma Diretora não tem verba para se locomover a Curitiba. Recebi o telegrama e fui, junto com o Prefeito, buscar a máquina, mas, para isso, exigiram que o Prefeito apanhasse uma carta da Diretora, autorizando-o a retirar a referida máquina. O Prefeito então não conseguiu retirar a máquina já endereçada aquele estabelecimento de ensino, nem identificando-se como representante daquele Município. Foi-lhe negada a entrega, e foi realmente preciso uma carta da Diretora, apresentando-o e autorizando-a a retirá-la.

Não é mais possível, Srs. Deputados, continuarmos assim, porque, quando recebermos pedidos de Diretoras, teremos que dizer que não temos condições de atender às suas necessidades, será preciso que elas venham a Capital, porque nós não poderemos mais atendê-las.

Somos muito bem recebidos pelo Professor Santos Filho que já foi Deputado e portanto compreende as dificuldades de um Deputado, ele nos atende com a máxima boa vontade procurando conseguir aquilo que reivindicamos, mas, nada se resolve porque o Secretário não autoriza nem sequer o Chefe de Gabinete a nos atender. Os Srs. Deputados por certo já verificaram que a sala do Chefe de Gabinete não tem contacto direto com a sala do Sr. Secretário, é uma sala separada de tal forma que o Chefe de Gabinete tem de conversar com o Sr. Secretário, pelo telefone, para conversarem pessoalmente é necessário que o Chefe de Gabinete atravesse corredores, perdendo assim um tempo precioso para solucionar assuntos às vezes até corriqueiros.

Não há condição de ter um contacto mais direto, de conversar com o Sr. Secretário, sendo o seu auxiliar imediato.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não tive oportunidade ontem e a satisfação de estar aqui presente para ouvir o Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas que por aqui passou, prestando esclarecimentos aos Srs. Deputados de assuntos com referência a sua pasta. Seria bastante interessante que esta Casa também enviasse um convite ao Sr. Secretário de Educação para que aqui viesse, se ele assim tiver coragem, porque eu creio que talvez até renuncie ao cargo, porque tem medo de tudo e não solucionaria nada e eu ficaria satisfeito se fosse corvidado o Sr. Secretário de Educação porque preferia que fosse negado mas decidido mas fica no "chove e não molha" e nada se decide, e nada nós podemos levar aos nossos Municípios sobre qualquer solução, porque solução nós não temos. Estes dois estabelecimentos de ensino a que me referi no início, até hoje está sem solução. Um está já com dois meses outro com oito dias e nós não sabemos ainda qual a solução dada. Não podia deixar de trazer ao conhecimento desta Casa como já disse, como representante do povo, não vai aqui nenhum ataque a S. Exa. o Sr. Governador do Estado o qual muito respeito, e S. Exa. o Sr. Governador que se encontra em licença, Sr. Pedro Parigot de Souza os nossos respeitos. Se nós falamos assim é para colaborar com o Governo do Estado, porque uma Secretaria funcionando como está a Secretaria de Educação é um desprestígio ao Governo, é preciso de alguém que trabalhe e ajude para que o Governo possa demonstrar ao povo do Paraná que o Paraná vai bem, principalmente no ensino. E o que mais se pede. Disse-me há pouco o Sr. Governador João Mansur que recebeu um convite para visitar o Oeste do Paraná. Ele lá levou o Secretário de Agricultura, o Secretário de Educação e o Secretário dos Transportes. Por incrível que pareça, o nosso Estado é um Estado essencialmente agrícola. Foi dada a palavra ao Sr. Secretário de Agricultura e este colocando à disposição dos Prefeitos daquela região, foram feitas duas perguntas e em 10 minutos estava encerrado o pronunciamento daquela Secretaria de Agricultura, quando foi dada a palavra ao Sr. Secretário dos Transportes foi sabatinado por três horas, e dada a palavra ao Sr. Secretário de Educação, foi sabatinado por cinco horas, quando um Prefeito disse assim de público que recebeu com muita dificuldade no seu Município uma sala de aula pré-fabricada que de tão ruim que era se encolheu e caiu. Esta dificuldade em que se encontra o nosso Estado, não é possível continuar mais. Assim é preciso que pegamos o comparecimento do Sr. Secretário de Educação para prestar esclarecimentos sobre qual o motivo que está parada aquela Secretaria, porque não é mais possível continuar como está falando em implantação do ensino fundamental com esta morosidade como já disse, se assim continuar é preciso preparar o MOBIL para receber os nossos alunos no futuro. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Iris Caldart, segundo orador inscrito.

O SR. IRIS CALDART — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Estamos nesta Casa há 29 dias. Daí, a oportunidade primeira que se nos oferece de ocupar esta Tribuna.

Inicialmente, eu desejo render as minhas homenagens e confessar desta Tribuna, que farei todo o empenho com todas as forças possíveis para continuar honrando a cadeira de Nivaldo Krüger, valoroso companheiro, amigo de escola a quem rendo as nossas homenagens e a quem prometo continuar honrando aqui na Assembléia Legislativa do Estado.

Nestes dias que aqui estamos, Srs. Deputados, somos tomados de uma dupla emoção, um misto de alegria e de tristeza. Alegria porque depois de muitos anos, ausentes da vida político-partidária, novamente voltaremos a estas lides e aqui em Curitiba nos foi dado rever velhos amigos, velhos companheiros e de velhas jornadas políticas.

Nesta Casa mesmo, tivemos a grande satisfação de encontrar o velho amigo Emilio Carazzai, companheiro de grandes jornadas, e que nos trazem imensa saudade.

Nesta Casa, nós encontramos Erondy Silvério, com quem em épocas passadas passamos noites indormidas nas nossas peregrinações políticas. Nesta Casa, está o filho de um grande amigo meu, de quem fui garoto de recados, cabo eleitoral, Vereador, Prefeito, o ex-deputado Cândido Machado de Oliveira Neto, cuja herança notável está nesta Casa com a presença do líder do Governo, deputado Cândido Martins, meu velho amigo de incarnicadas lutas políticas, Domício Scaramella e a amizade já firmada profundamente sentida de tantos e antigos Deputados.

Esta é a alegria de estar nesta Casa. E também de conhecer de perto e conviver com os Deputados do MDB, os meus companheiros de bancada, sob cuja Liderança tenho a honra e a satisfação de dizer que sou um fiel

seguidor dentro dos princípios políticos-partidários e das atividades legislativas trazidas a público pelo meu companheiro Maurício Fruet.

Alegria porque ainda pela manhã, encontrei no curul governamental do Estado, a figura extraordinária de um paranaense de escol, um cidadão que já escreveu tão largas e belas páginas na vida pública do Estado, encontrei com João Mansur na cadeira do Governo do Estado, por quem fui recebido, estando à frente de uma Comissão de Senhores do Oeste paranaense, mas principalmente Cascavel e Catanduvas, mas dizia que um misto de tristeza, porque me propusera no passado a amar e a respeitar a Democracia, regime sob o qual eu nasci politicamente e professei ao longo da minha existência, encontro aqui uma Casa de Leis, um dos três Poderes, um dos Poderes, triplo sustentáculo do Regime Democrático, um Poder completamente mutilado, desfigurado; uma Assembléia Legislativa criminosamente sem poder cumprir com a sua nobre e extraordinária e alta função.

Tenho ouvido dizer nesta Casa a todo instante, como ocorreu há pouco, pelo nobre Deputado que me antecedeu na Tribuna, que os Deputados são verdadeiros mendigos do poder público, do Poder Executivo; os Deputados não têm aquela condição essencial de fazer com que esta Casa gere leis, de fazer com que esse Poder seja efetivamente o Poder Fiscalizador da ordem pública; com que esta Casa enfim, cumpra com a sua destinação, dentro da própria convivência social, no fortalecimento, na sustentação do regime democrático. Esta é a minha tristeza de vir a saber que Srs. Deputados que para cá vêm, cheios de ilusão e de idealismo; vêm em frente ao altar da Pátria e no turbilão do seu civismo, vêm queimar o incenso do amor à glória. Deputados que sabem que o homem cumpre com o seu dever somente na convivência social e que esta sociedade só tem estrutura humana no comportamento e na convivência do regime Democrático. Esta é a minha tristeza. E porque não dizer, a minha grande desilusão de ser chamado Deputado Estadual.

O Sr. Maurício Fruet — Deputado Iris Caldart, neste instante em que V. Exa. pela primeira vez se utiliza desta Tribuna, queremos em nome da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, render-lhe as nossas homenagens e dizer a V. Exa. que muito conhecíamos de seu passado, de suas lutas e de suas presenças nos pleitos cívico-democráticos. Dizer que tínhamos absoluta certeza de que V. Exa. nesta Casa iria não só enaltecer o nome de Cascavel e de outras cidades que o elegeram, mas também traria com sua cultura e sua inteligência, uma valiosa contribuição para esta Casa. E seu pensamento hoje se tornou uma grande realidade, porque V. Exa. em poucas palavras, fez uma definição daquilo que infelizmente frustra muitos daqueles que aqui vêm — praticamente todos, e que não sentem, infelizmente na atual fase, em que atravessa o nosso País, as plenas prerrogativas que deveriam ser oferecidas ao parlamentar. Aceite V. Exa. as nossas homenagens e os nossos cumprimentos pela belíssima manifestação.

O SR. IRIS CALDART — Eu agradeço o aparte de V. Exa. e mais uma vez reitero a minha condição de fiel soldado do nosso Partido, e de tudo fazer em benefício desta Casa e do nosso Estado.

Neste instante de alegria e de tristeza, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero ser digno da vossa amizade e de vosso respeito, pelos meus atos, pela minha ação e pelo meu comportamento porque, em assim sendo serei digno de meus amigos, da região que represento, do Estado do Paraná e, principalmente, da minha família e de meus filhos.

Neste momento de tristeza e de alegria, nada mais nos resta a fazer senão, meu caro líder, ir em frente, lutar e trabalhar, quanto seja possível e quanto o permitam nossas forças.

Representamos nesta Casa, prioritariamente, uma região — o Oeste do Paraná. Somos egressos da cidade de Cascavel, centro dessa região, uma das mais belas cidades do Paraná, a cidade que no interior do Estado mais cresce, mais desenvolve. Uma cidade, uma região onde se está implantando e sedimentando uma civilização de contornos e de características próprias. Para essa região, composta de dezenove Municípios, situada entre os vales dos rios Iguaçu, Paraná e Piquiri, afluem desbravadores vindos das plagas do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e nordestinos intrépidos que ousaram atravessar o rio Piquiri e nessa caldeira ajudar a implantar uma civilização que vem orgulhando a nós e ao Paraná.

Essa região, quase todos ou muitos de vós a conhecem. É a mais bela e promissora região do Paraná. É, e o digo sem receio de errar, o mais extraordinário potencial econômico do Paraná, mercê a capacidade extraordinária, a potencialidade de seu solo, de suas terras, de suas matas, muitas ainda virgens.

E as essas extraordinárias belezas de repercussão nacional — Cataratas do Iguaçu, Sete Quedas, — soma-se agora a construção de Itaipu, onde teremos um dos maiores lagos de água potável do Brasil.

Essa região, que produz hoje entre dez e doze milhões de sacas de soja, o dobro mais ou menos de milho nesta atual safra, tendo, no entanto, ainda como fator preponderante de sua economia, a madeira, essa região, composta de dezenove Municípios, é a região mais abandonada do Paraná. É uma região em que somente a agência de Rendas de Cascavel põs nos cofres públicos estaduais, no mês de janeiro, a importância de 11 bilhões de cruzeiros e que se tem estimativa, mais ou menos próxima, que estes 19 Municípios do Oeste do Paraná carregem, para os cofres públicos estaduais, apenas uma média de 6 milhões de cruzeiros por mês. E falo em moeda nova, em dinheiro novo. E que a renda de um Município está prevista na ordem de um bilhão e 200 milhões de cruzeiros.

Bastam esses números, Srs. Deputados, para que Vs. Exas. avaliem o valor, a importância, dessa Região somente no setor da economia do Estado do Paraná.

E fazendo um paralelo, eu diria, a esta Casa, um exemplo apenas, temos lá 840 quilômetros de estradas atendidas pelo DER. E as últimas máquinas que foram àquela região foi nos primeiros seis meses do governo Paulo Pimentel. E nós temos 840 quilômetros de estradas primárias, sem nenhum revestimento, aquelas estradas abertas a cascos de cavalo, quando os colonizadores do Sul e do Norte desbravaram aquela Região, o DER possui, naquela Região, apenas três motoniveladoras, sendo que sempre uma delas está em recuperação.

Este o crime que se comete contra o Oeste do Paraná!

E os problemas, no setor da assistência, na lavoura, na pecuária, no setor da indústria, no setor da educação, em todos os setores de atividades do Poder Público, naquela Região, se fôssemos enumerá-los todos, ficaríamos horas aqui, contando as estórias tristes do Oeste do Paraná.

Mas, aos poucos, desfaremos esse rosário, com números, com provas, e com requerimentos, que haveremos de apresentar, com muita honra, para procurarmos solucionar os problemas de nossa Região.

Haveremos de trazer a esta Casa, o "raio X" perfeito do Oeste do Paraná, já que o Sr. Governador do Estado gosta tanto de "raio X".

Lamentamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que continue essa situação caótica no Interior do Estado, principalmente nessa fase que aí estamos, em que um Governador em exercício não tem condições, não obstante ser um homem despreendido e capaz, não tem condições de governar, porque não pode fazer nada, e nada pode alterar, como S. Exa. nos comunicou esta manhã.

Lamentamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta situação, e pedimos a Deus que dê o pronto restabelecimento ao Governador Parigot de Souza, mas também pedimos a Deus que haja uma definição para este Estado emperrado, Estado sacrificado, para que este Estado que proclamava, em todos os quadantes da Pátria, estar em 3.º ou 4.º lugar entre os Estados da Federação, e, hoje, conforme as estatísticas, está em 9.º ou 10.º lugar, no conceito econômico, e administrativo de nosso País.

Sr. Presidente, para encerrar, quero prestar contas a V. Exa. de uma designação, de uma incumbência, que recebemos, à semana passada, quarta-feira, quando fomos designados, juntamente com os nobres Deputados Ivo Tomazoni e Odilon Reinhardt, para representarmos esta Casa em diversas solenidades na região Oeste do Estado, mais precisamente, em Foz do Iguaçu, onde houve uma reunião da Associação de Municípios do Oeste do Paraná, para debater conduta, grangeava um conceito que o conduziu a posições de destaque no setor político e no setor social. Sem surpresa, vemos V. Exa. aqui hoje, porque seus méritos pessoais, a sua fidelidade a uma linha de conduta política, o fizeram líder político em um Município da estrutura social, econômica e cultural de Cascavel, como o faria, com certeza, em qualquer cidade deste Estado e deste País. Congratulo-me portanto, com a bancada do MDB que ganhando em Cascavel um Deputado de sua estrutura, ganhando um Prefeito em Guarapuava como Nivaldo Krüger, Municípios do Oeste do Paraná, para debater problemas daquela região e quando se prestava, também, uma homenagem ao comandante Emílio de Paula, do I Batalhão de Fronteiras. Aquela solenidade, iniciada na quinta-feira, terminada ontem à tarde, com a transmissão do comando ao Coronel José Guedes.

Penso, Sr. Presidente, que representamos esta Casa com toda dignidade. O Sr. Comandante do I Batalhão de Fronteiras, nestes próximos dias fará uma visita a esta Casa, oportunidade em que virá agradecer a esta Casa pela representação lá enviada. O Sr. Deputado Ivo Tomazoni falou, fez um brilhante discurso. Tivemos oportunidade também de participar dos debates sobre problemas daquela região, assunto que será oportunamente trazido a esta Casa.

Registro mais, Sr. Presidente, a presença do Prefeito de Cascavel, meu amigo e companheiro, bem como do Presidente da Câmara de Vereadores, Vereador André Wipych, do Sr. Dirceu Fagundes, Diretor proprietário do jornal "Frenteira do Iguaçu", daquela Região.

Estão eles aqui em Curitiba, junto conosco, fazendo uma peregrinação, batendo de porta em porta, para reivindicar a solução de problemas graves daquela região. Fomos extraordinariamente bem recebidos pelo Sr. Governador do Estado, a quem desta Tribuna agradecemos a lhanza do trato e o extraordinário conforto que nos deu, no sentido da solução de cruciantes problemas daquela região.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Desejo inicialmente agradecer as palavras elogiosas brotadas do coração amigo de V. Exa., com relação a minha pessoa, e pessoas de minha família, e também dizer a V. Exa. com que emoção acompanhamos o instante em que V. Exa. assomava a esta Tribuna e nos lembrávamos dos tempos idos do sudoeste do Paraná, quando V. Exa., jovem e brilhante advogado, vinha do Rio Grande do Sul e assentava sua banca de advocacia em Pato Branco. E lá, graças à sua inteligência, a sua capacidade conquistou posições políticas no cenário do Estado e renovou valores nesta Casa que, em última análise, dignifica e significa a valorização do próprio Poder Legislativo.

Com raras exceções concordo em gênero, número e causa com o pronunciamento de V. Exa. sobretudo com relação ao esvaziamento de conteúdo político e opinativo do Poder Legislativo neste Estado e neste País. Parece que uma doença atacou gravemente todos os Parlamentos do Mundo em função do fortalecimento desusado e nunca visto dos Poderes Executivos em todos os países desta Terra.

Não significa isto uma defesa de qualquer atividade política de qualquer sistema. Como membro do Poder Legislativo luto, como V. Exa., pelo fortalecimento e engrandecimento deste Poder. Mas, seria, quem sabe Sr. Deputado, o caso de nos perguntarmos a nós próprios, como perguntou recentemente o Deputado Antonio Lopes Júnior, se este enfraquecimento advindo de várias causas, que não nos cabe no momento analisar, não seria o enfraquecimento pelo desânimo, pelo desalento e pelas atitudes dos próprios membros do Poder Legislativo.

No instante em que vemos V. Exa., com idealismo e com coragem, defender tão aguerridamente sua região que conheço, e por isto mesmo lhe dou razão e sou seu testemunho da veracidade de suas afirmações, neste instante em que V. Exa. com esta altanería e com este ânimo revelado em suas palavras, apesar do misto de tristeza, sinto renovar minhas esperanças de moço, até certo ponto, desesperançado com a vida pública em função do desalento que vemos diariamente nesta Casa.

A sua vez, o seu primeiro discurso deverá ecoar não apenas neste Plenário, mas em toda a Assembléia, em todo o Estado do Paraná como alerta, como bandeira de renascimento das esperanças para a classe política que vem chegando o momento, o instante de se firmar trazendo Secretários como ontem, o Secretário de Obras Públicas, debatendo com os Srs. Deputados durante seis horas e meia; um Governador recebendo os políticos, Prefeitos e Vereadores como fez João Mansur hoje pela manhã, recebendo V. Exa. e seus Prefeitos, liderados pelo Prefeito de Cascavel, Pedro Mufato, que sendo do MDB pertence a este grupo de homens de boa vontade que desejam administrar com dignidade e com correção.

Suas palavras, Sr. Deputado, encontrarão eco no Governo do Estado. Falo como líder do Governo na certeza que este Governo deseja ser orientado, quer ser auxiliado, porque deseja e quer acertar.

O SR. IRIS CALDART — Agradeço o aparte de V. Exa. e para encerrar, muito a propósito os convoco, Deputados do Paraná, a que sigamos o caminho que este moço líder do Governo acaba de nos mostrar — cultuemos as tradições de nossa gente, os próprios homens desta terra que fizeram sacudir esta Tribuna muitas vezes e juntos muitos hinos de louvor cantemos à nossa terra e à nossa gente. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Agradeço a informação prestada pelo Deputado Iris Caldart, no tocante ao condicionamento que desincumbiu, cujo registro muito agradece esta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requero a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum para votação.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada 24 Srs. Deputados, há quorum para prosseguimento da Sessão, e consequente votação.

Antes, esta Presidência tem a satisfação de registrar a presença em Plenário, do Sr. Carlos Guimarães, Prefeito Municipal de Moreira Salles, bem como do Sr. José Teixeira Filho, Prefeito Municipal de Terra Roxa.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 41-72, de autoria do Dep. Antônio Lopes Júnior, autoriza o Poder Executivo denominar "Professor Edgar Távora", Estabelecimento de Ensino de Segundo Grau, sediado nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 135-70, de autoria do Dep. Igo Iwanto Losso, que declara de Utilidade Pública, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 26-72, de autoria do Dep. Erondy Silvério, constitui Comissão Parlamentar que representará o Poder Legislativo do Estado do Paraná, para visitar HYOGO, Japão, em atenção a convite do Governador daquela Província. Parecer da C.C.J. pela **Rejeição.** Rejeitado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 26-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica a Comissão Executiva autorizada a compor Comissão Parlamentar para representar o Poder Legislativo do Paraná em visita a HYOGO — Japão, em atenção a convite formulado pelo Governador daquela Província.

Art. 2.º — As despesas decorrentes desta Resolução correrão por verbas próprias do Orçamento desta Assembléia, autorizados os créditos necessários.

Art. 3.º — Esta Resolução entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de agosto de 1972.

(a) Deputado Erondy Silvério

JUSTIFICAÇÃO:

Quando de sua recente visita ao Paraná, o Governador e o Presidente da Assembléia Legislativa da Província de HYOGO — Japão, formulou convite oficial a esta Assembléia Legislativa para que se fizesse representar em estado naquele País, manifestando, na oportunidade, o elevado interesse das autoridades japonesas em receber parlamentares paranaenses pô-los em contacto com empresários, para que se esclareçam sobre condições de atração aos investimentos estrangeiros no Brasil e, em especial, neste Estado.

O convite oficial, em termos diplomáticos, implica na obrigação do anfitrião de arcar com despesas de hospedagem, realçando, tal fato, a importância atribuída pelo Governo Japonês e essa visita, restando a esta Assembléia, tão somente, arcar com os ônus de transporte da Comissão Parlamentar, para que tão importante encontro se efetive.

Sendo notório o interesse atual do Japão por investimentos na América Latina, torna-se o convite indeclinável, porquanto caracteriza oportunidade de atrair ao Paraná recursos importantes para sua industrialização e desenvolvimento econômico.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 26-72

AUTOR: — Deputado Erondy Silvério

SUMULA: — Autoriza a Comissão Executiva a compor Comissão Parlamentar para representar o Poder Legislativo do Paraná, para visitar HYOGO — Japão, a convite do Governador e Presidente da Assembléia Legislativa daquela Província.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 26-72

PARECER

O desiderato do Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, é autorizar a Comissão Executiva desta Casa de Leis, a compor Comissão Parlamentar para representar o Poder Legislativo do Estado do Paraná, para visitar HYOGO — Japão, em atenção a convite formulado pelo Governador e Presidente da Assembléia Legislativa daquela Província.

Muito embora considerando o interesse das autoridades japonesas em receber parlamentares paranaenses e a oportunidade que a viagem proporcionaria em atrair para o Paraná recursos importantes para sua industrialização e desenvolvimento econômico, a Proposição enfocada esbarra no obstáculo intransponível que é o do art. 16 — item VIII — da Carta Estadual, quando dispõe:

"não serão subvencionadas viagens de deputados ao exterior, salvo no desempenho de missão temporária de caráter diplomático ou cultural, mediante prévia designação do Poder Executivo e concessão de licença pela Assembléia Legislativa".

Assim, sendo, opinamos pela **Rejeição** do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em ...

(aa) Armando Queiroz — Presidente

Paulo Camargo — Relator

Igo Losso

Maurício Fruet

Emílio Carazzai

Cândido M. de Oliveira

Luiz R. Soares

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Francisco Neves, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Amazonas Marcondes Filho, ocorrido na cidade de União da Vitória. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto e outros, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ardinall Ribas, Deputado Federal. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências, referentes ao revestimento primário da Estrada que liga o Município de Tibagi até o Alto do Amparo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações aos proprietários e dirigentes do Hospital e Maternidade Santa Izabel, bem como apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que autorize o Instituto de Previdência do Estado do Paraná a proceder à credenciação do referido Hospital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Kurt Arthur Schwartz, pela sua nomeação como Consul Geral da República Federal da Alemanha, para os Estados do Paraná e Santa Catarina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando apelo ao Sr. Secretário de Segurança, no sentido de que seja realizado convênio com a Universidade de Ponta Grossa, com a finalidade de serem realizados os exames toxicológicos de interesse da Polícia Civil, nos laboratórios daquela Fundação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa, a íntegra do discurso proferido pelo Sr. Deputado Federal Ary de Lima, o qual salda o brilhante trabalho desbravador que vem sendo executado pelo Sr. Enio Pepino. — **Aprovado.**

(O discurso a ser transcrito, acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas, no sentido de que se digno responder por escrito aos quesitos que lhe foram formulados quando compareceu a esta Casa, em Sessão de ontem. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 135-70.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 8-72.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEP. FUAD NACLI, NA SESSÃO DE 20 DE MARÇO DE 1973.

O SR. ARY DE LIMA:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no fragor das derrubadas que oferecemos ao Brasil a grandeza impressionante da região mais conhecida, na atualidade, como Norte do Paraná, tivemos feliz oportunidade de conhecer um cidadão de maneiras humildes, apesar de abastado, e ornado de simplicidade, embora portador de um nobre laureado.

Soubemo-lo paulista, natural de Penápolis, herdeiro legítimo do intrépido espírito bandeirante que alargara fronteiras da Pátria, enfrentando, um dia, o desconhecido, furando sertões, semeando povoados, alvorecendo civilização hoje recebida por todos nós, e que foi inegavelmente, arauto de maravilhoso progresso.

Na pequena, pobrezinha e acanhada Maringá daqueles tempos — ilha de terra roxa cercada de floresta virgem — numa avenida criança, não enfeitada do asfalto dos vinte e cinco anos, mas vestida da poeira de uma infância de apenas sessenta meses, um escritório havia, a exibir, em letras avantajadas, a sigla de SINOP, resumindo o que se passou a conhecer como Sociedade Imobiliária do Norte do Paraná.

Dentro desse escritório modesto, mangas arregaçadas, sorriso franco sempre aberto nos lábios, o cidadão de Penápolis, chamado Enio Pipino e que diziam não querer dormir nem sobre a fortuna que possuía e nem sobre glórias de uma vida pública, honrada e luminosa, desempenhada no Município de Presidente Wenceslau, onde fora interventor e prefeito, carregado nos braços do povo, mas que viera para o Paraná, embalando o ideal de colaborar na grande batalha da colonização, rasgando sertões, abrindo clareiras

ras, transformando paisagens. comandando derrubadas, construindo progresso, plantando cidades.

Bem assim, ao lado da esposa e de um valente companheiro de ideais, o Sr. João Pedro Moreira de Carvalho, fundador da cidade Ouro Verde, no Estado de São Paulo, foi que passamos a conhecer Enio Pipino, homem que vem ocupando colunas de nossos jornais, caracterizando-se como a primeira criatura que ousou plantar, como fruto da iniciativa privada, a também primeira cidade da Amazônia Legal — a cidade Vera, às margens da BR-165, Rodovia Caiubá-Santarém, a quatrocentos quilômetros da histórica Caiubá, em pleno coração da Selva matogrossense.

REALIZAÇÕES CORAJOSAS

Naquela época, já distanciada por vinte anos com a mesma audácia dos que sacudiram o Norte do Paraná, acordando-o para a civilização, Enio Pipino, num sonho de bandeirante moderno, propunha-se à colonização, com recursos próprios de 301.773 hectares, espalhados pelas glebas a que denominou Sinop, Atlântida, Rio Verde n. 1 e Rio Verde n. 2.

Homem de ação, não deixou que os projetos permanecessem à toa nos trapezados de mapas calculados.

A Gleba Sinop foi aberta, aceito o desafio da floresta, e hoje, com mais de dezoito mil habitantes, um município surgiu, exibindo, na realidade paranaense, 184 estabelecimentos comerciais, 42 estabelecimentos industriais, 41 escolas primárias, 3 secundárias, além de hospitais, agências bancárias, clubes recreativos e culturais e cerca de 1.320 propriedades rurais.

Referimo-nos, Sr. Presidente, ao Município de Terra Rica, primeira comunidade filha do ideal patriótico de Enio Pipino, no Estado do Paraná.

Por sua vez, a Gleba Atlântida veio a transformar-se no atual e fulgurante Município de Iporã, hoje com população de 59.000 almas, integrado no sistema de microondas Contel-Telepar, com 450 estabelecimentos comerciais, cinco hospitais, 96 escolas primárias, 3 secundárias e normal, e com extraordinária produção agrícola.

Seguindo a planificação inicial da empresa, a Gleba Rio Verde número 1, com 108.900 hectares, teve a sua paisagem transformada no atual município de Ubatã, com mais de 40.000 habitantes, 321 estabelecimentos comerciais, 179 indústrias de transformação de produtos agrícolas.

E no mesmo ritmo de colonização ordenada e honesta, a Gleba do Rio Verde número 2, é na atualidade o possante Município de Formosa do Oeste, às margens do Rio Piquiri, com população de 45.000 almas, dotado de todos os requisitos exigidos pela civilização de nossos dias, mostrando 311 casas de comércio, 144 indústrias de caráter rural, rede telefônica e inúmeros estabelecimentos de ensino.

Assim, em linhas apressadas, o gênio criador de Enio Pipino não somente ofereceu desenvolvimento ao Paraná, todavia fixou, sabiamente, o homem à terra, contribuindo, em dados estatísticos reais, para abastecimento de nosso mercado, com a expressiva soma de 1.100.000 sacas de café; 3.640.000 arrobas de algodão; 4.120.000 sacas de cereais; 750.000 quilos de hortelã e 200.000 cabeças de gado, fabulosa riqueza originária de quatro jovens e florescentes municípios, que, não duvidamos, serão, no dia de amanhã, centros grandiosos da comunidade brasileira.

AMAZÔNIA, AGORA

Se relembremos história de colonização, e bastante resumida, escrita pelo paulista e desbravador Enio Pipino, é para darmos afirmação do que vimos e sentimos, há poucos dias, na Amazônia Legal Mato-grossense, à margem da gigantesca Rodovia Caiubá-Santarém quando da inauguração da Cidade Vera, plantada em pleno coração da floresta, e para onde, adquirindo com recursos próprios e sem favores de quaisquer investimentos a gleba a que denominou Celeste. Enio Pipino transferiu seus métodos de trabalho, propondo-se a colonizar 199.000 hectares.

Quando lá comparecemos no dia 27 de julho último, fizemo-lo com a íntima convicção do que será, em futuro muito próximo, aquela fascinante região do grandioso Estado de Mato Grosso.

Por exemplos passados, cujo cenário foi o Paraná, já antecipamos o quanto Mato Grosso e a própria Pátria ficarão a dever ao espírito bandeirante de Enio Pipino, cujos sonhos tem-se transformado em confortadoras realidades, dentro dos seus ideais de homem apaixonado pela terra e pela criatura que nela trabalha.

Por exemplos passados, já vislumbramos que de progresso e de civilização Mato Grosso irá experimentar, no aproveitamento de suas terras privilegiadas, acenando de há muito para a Pátria que parecia temerosa de afastar-se dos grandes centros para definitiva conquista do Oeste, mas que veio despertar-se agora, numa corrida audaciosa para alcançar o seu grande destino de potência.

Por exemplos passados, já adivinhamos que o grande Estado de Mato Grosso, estado-continente, na feliz expressão de seu Governador José Fragelli, irá contemplar a mesma explosão demográfica que o Paraná assistiu, nos últimos anos, exibindo um rosário de cidades novas, planejadas, acenar ao progresso e ao desenvolvimento nacional.

E tudo quanto antevemos, Sr. Presidente, não tem motivos de realidade são somente alicerçados na implantação do PRODOESTE; e nem pelo avanço audacioso da BR-165 — a Caiubá-Santarém — levada sempre avante pela galhardia do 9.º Batalhão de Engenharia e Construção, acampado na solidão, vencendo os seus desafios e conquistando, rapidamente, o coração selvagem da distância, transpondo rios, dominando acidentes geográficos.

Tudo quanto antemiramos não encontra guarida apenas nos ideais patrióticos dos filhos e habitantes do soberbo Mato Grosso, aliados valorosos das grandes causas desenvolvimentistas que sacodem a atualidade brasileira e nem tão somente na política governamental, buscando rumos certos da integração com a conquista de regiões novas antes adormecidas, desaproveitadas, abandonadas.

A Gleba Celeste, marco na integração da Amazônia Matogrossense, ostenta, acima de tudo, "a valiosa colaboração da iniciativa privada, homenageando ao grande Estado de Mato Grosso e ao Governo de Integração do Presidente Médici". Só assim a definimos, nas próprias palavras do Presidente da Colonizadora SINOP, Sr. Enio Pipino.

O HOMEM E A TERRA

A Gleba Celeste, Sr. Presidente, para nós que temos experimentado, na própria carne, sacrifícios e recompensas do pioneirismo implantando colonização, lega ensinamentos extraordinários, que só mesmo o ideal puro e sadio

do amor à terra vem de oferecer-nos e transmitir também a quantos, mesmo no setor governamental, integram-se à difícil tarefa de colonização.

Tudo é sacrifício, é luta, é despreendimento, é heroísmo que não pode ficar no anonimato e nem ser jogado ao esquecimento.

O Sr. Gabriel Hermes — Nobre colega, o depoimento de V. Exa. é realmente significativo. Sobre o que se faz em silêncio por este Brasil imenso, por este magnífico continente que os portugueses souberam guardar para nós brasileiros, é preciso que se tragam notícias, principalmente quando elas constituem exemplos a serem seguidos. Há poucos dias, no final de agosto, visitava eu a região de Santarém, depois, viajava até a fronteira do Pará com Goiás, até o Município de Conceição do Araguaia. E fui encontrar o pioneirismo em homens da iniciativa privada, que constroem cidades, que povoam o Brasil, que tomam posse da terra. Tive oportunidade de visitar Redenção, cidade distante 100 quilômetros da margem do rio Araguaia situada no meio de fazendas. O pioneiro de sua construção, Sr. Luiz Vargas, fez-a com ruas largas e dotou-a de luz elétrica. Já há uma rua comercial e uma escola e quase tudo é construído com a magnífica madeira mogno que não encontra facilidades para a exportação. Das serrarias locais, construídas pelo Sr. Luiz Vargas, ele tirou a madeira para edificar a cidade. O exemplo de trabalho de um homem desse jaez, e que já no ano corrente permite a maior exportação de arroz e quase a maior exportação de milho do Pará a ponto de fazer com que o Governo do Estado apressasse a construção de uma estrada para ligar a vila a Conceição dá a medida desses pioneiros. Por isso meu nobre colega, congratulo-me com V. Exa. Traga esses depoimentos. É preciso que pelo menos os assessores dos Ministros responsáveis pelo povoamento do Brasil vejam que a iniciativa privada está trabalhando, está atendendo ao chamamento do Governo, ao apelo da Nação para que possamos tomar conta dos vazios imensos como a Amazônia, como essas áreas magníficas que vão de Santarém a Caiubá, como essas áreas imensas da Transamazônica. Em algumas é o Governo, com muitos recursos do INCRA, trabalhando como faz na agrovilas da Transamazônica e em outras é a iniciativa privada, sem ajuda e sem colaboração, mas oferecendo talvez o melhor exemplo para o povoamento do Brasil. Parabéns a V. Exa.

O SR. ARY DE LIMA — Agradecemos comovidos as palavras do nobre colega, cujos pronunciamentos carinhosamente temos acompanhado nesta Casa. Agradecemos e louvamos o seu espírito de exaltar e enaltecer a iniciativa privada, responsável maior pelo alargamento de nossas fronteiras e pelo crescimento de nossa Pátria. Muito obrigado, nobre colega.

Prossigo, Sr. Presidente.

A conquista da terra pode causar, não raro, temores e incerteza, desânimo e indiferença, desistência e até morte de ideais.

Não se domina a terra, nem se conquista a gleba, nem se lhe tiram frutos de recompensa, se se deixar vencer pela imposição natural de um grande desafio, não apenas material, todavia, espiritual.

É o desconforto de regiões selvagens e desertas, onde a solidão grita aos ouvidos, levantando recordações de uma vida melhor, passada em centros de civilização.

É a ausência dolorida do calor das amizades, do aconchego das famílias que se separam na distância.

São dias irteiros enrolados em solidão e noites compridas e preguiçosas, que não querem amanhecer, iluminadas lá fora, por luars abertos no céu, e, dentro de ranchos, pela luz trêmula e mortiça dos lampeões de querosene.

É a saudade vestindo corações, transportando-os para longe, muito longe, onde apenas olhos da alma podem contemplar.

A floresta intrincada, bruta e selvagem; o levantamento de áreas, de águas e de espigões; o conhecimento pleno do terreno; a dura batalha das derrubadas; o trabalho exaustivo de limpeza do chão; o fogo das coivaras; a abertura de carregadores e de vias de comunicação, tudo isso, inicialmente, é caminho certo para o desânimo, para a rejeição, para a derrota.

A criatura humana, que se propõe a habitar regiões novas, abertas à vida, ve-se forçada a uma série natural de exigências, sem as quais não poderá sobreviver e nem construir bases de um futuro melhor, risonho e esperançoso, como recompensa a tão gigantescos sacrifícios.

A ausência de medidas de amparo e de conforto tem comprovado reflexos negativos a muitos sonhos de vitória, transformados em pesadelos e derrotas, gerando problemas difíceis e até situações sociais de desastrosas consequências.

De nada valerá a terra, exibindo riquezas e promessas de frutos, se o homem que e enfrenta sentir-se colocado à margem, sem obras de infraestrutura, sem assistência, sem amparo.

Não se fará, jamais, verdadeira integração propiciando-se apenas a oferecer áreas as mais ricas, se antes do domínio e da conquista não surgirem obras que testemunhem realizações para fixação da criatura humana.

UMA PAISAGEM DIFERENTE

Quando sobrevoamos a Gleba Celeste, contemplando, lá do alto, imensa floresta a perder-se nos longes do horizonte, recordada de rios, na impressionante solidão do norte matogrossense, confessamos ter sentido, no íntimo, a segurança de que a riquíssima região, daquele instante para o futuro, em mãos do Sr. Enio Pipino e de sua equipe, transformar-se-ia em novo celeiro de grandes realidades, à maneira de vinte anos atrás, quando avistávamos o Vale do Rio Piquiri abandonado na paisagem sertaneja e hoje pontilhado de progresso e de civilização.

E a firmeza de nosso raciocínio não se fez demorar, pois, perdendo altura, o avião da Força Aérea Brasileira já buscava uma clareira aberta na mata virgem, aproximando-se de longa pista de pouso que ladeava a mais criança de todas as cidades do Brasil: a Cidade Vera, a primeira da Gleba Celeste, filha do ideal altamente patriótico do brasileiro Enio Pipino, que a plantou no coração do Grande Mato Grosso, à maneira de tantas outras plantadas no coração do Paraná.

Curiosa naquela região é que não se fala que a nova comunidade é Cidade Vera, mas Veracidade, numa construção curiosa de palavras.

E que bonita cidade criança, rodeada pela mata virgem, exibindo restos de derrubada!

Lá está ela, ainda acanhada e inocente como a própria infância, acenando para o Brasil, e mostrando, a olhos assustados de visitantes, tudo quanto já pudesse fixar o homem à terra, antes mesmo que fosse inaugurada na pia batismal da história.

Um hotel confortável; um posto da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; uma farmácia e ambulatório sob a competente responsabilidade do farmacêutico Jahy Luz; uma escola, com mais de duzentas crianças que já sabem cantar o Hino Nacional, e que, em desfile, transportando a bandeira pátria, arrancaram lágrimas de emoção de autoridades e visitantes;

um armazém da Companhia Brasileira de Alimentos, já presente na conquista da Amazônia; confortáveis ônibus da poderosa organização pioneira Expresso Maringá, já concessionária da linha Cuiabá-Cidade Vera; uma estação de rádio, unindo a comunidade à civilização de outros centros; uma casa de força, produzindo energia; um aeroporto, já homologado pelo D.A.C., com capacidade para receber aeronaves dos tipos DC-3 e DC-4; uma serraria, em pleno funcionamento, para fornecer madeira para construção; um posto de gasolina, abastecendo veículos e maquinaria pesada; moderno escritório da empresa e, finalmente, bonita igreja, mostrando a Cruz de Cristo, como a chamar para um culto de gratidão a Deus as quatrocentas famílias de pioneiros que já compraram fazendas e sítios, vindas especialmente do norte do Paraná e dos Estados sulinos, não apenas confiantes na honestidade dos negócios, porém, para cooperar na grande batalha da integração nacional.

E como se tudo isso não bastasse para uma cidade que hoje completa dezoito dias de existência, mais de quatrocentos quilômetros de estrada já cortam a Gleba Celeste em todas as direções, alcançando as margens do rio Teles Pires, para que assim, no planejamento de que Enio Pipino e sua equipe são verdadeiros mestres, haja facilidade de locomoção dos proprietários e fácil escoamento dos futuros produtos da terra através da BR-165, rumo ao Porto de Santarém, o que significará uma economia de duas mil e setecentas milhas marítimas em relação aos portos de Santos e do Sul do País, para mercados consumidores dos Estados Unidos e da Europa.

Duas novas cidades

Curioso, entretanto, é que a Cidade Vera, marco inicial de conquista da Amazônia Matogrossense, não ficará sozinha no meio da floresta. Muito breve, já com projetos realizados, duas novas comunidades aparecerão: A Cidade Carmem e a Cidade Sinop, esta última para desempenhar função de maior centro da Amazônia, com moderníssimo hotel a ser construído inteiramente de mogno, o que será, na expressão do Ministro Costa Cavalcanti, "um desafio para a Europa".

Linguagem franca

Sr. Presidente, sempre devemos louvar à iniciativa privada, quando estribada na honestidade de princípios.

Se quisermos trazer para este agosto Plenário a paisagem também augusta da Amazônia Matogrossense, é porque somos testemunhas oculares do que realizou a Colonizadora SINOP em terras do Paraná, com um homem de visão como Enio Pipino, que sabe falar o que quer para produzir milagres de colonização.

A sua política é exclusivamente a terra e o homem que nela deve fixar-se.

O Sr. Gabriel Hermes — Nobre colega, volto mais uma vez ao microfone para congratular-me com V. Exa.. Essas informações são realmente empolgantes. Sou daqueles brasileiros que acreditam na iniciativa privada, no esforço do homem, na capacidade do brasileiro, no entusiasmo daqueles que sabem ver nas coisas difíceis as coisas belas. E o bonito discurso de V. Exa. traça um retrato que me impressionou. Eu que vivo sobrevoando aquelas áreas amazônicas, percorrendo grandes distâncias — e já faço isto há quase meio século — sinto com essa notícia que agora, sim, nós começamos a tomar a posse física da Amazônia. Devemos nós, homens públicos, tecer louvores aos pioneiros à iniciativa privada, para que nossa voz chegue aos Governos, aos administradores, a fim de que estes sintam que, impulsionando a iniciativa privada, mais depressa o Brasil será brasileiro. Parabéns, meu nobre colega. Fique certo de que as notícias que nos traz não ficarão perdidas dentro de nosso Plenário; elas ecoarão longe. Eu mesmo espero aproveitar dados do discurso de V. Exa. para os artigos que escrevo nos jornais.

O SR. ARY DE LIMA — Mais uma vez agradecemos ao nosso brilhante colega, reconhecendo que suas palavras, rescendendo patriotismo, trazem uma riqueza extraordinária à nossa modesta oração. Com muito prazer que ouço o nobre Deputado Gastão Müller.

O Sr. Gastão Müller — Chegando a esta Casa ouvi pelo alto-falante o discurso de V. Exa.. Apressadamente vim a este plenário para agradecer, em nome da bancada de Mato Grosso e de todos os matogrossenses, as palavras tão elogiosas e sinceras de V. Exa. referentes ao meu Estado, no momento em que se inaugura uma cidade que é o símbolo do pioneirismo da iniciativa privada em benefício do Brasil e diretamente do meu Estado. Pipino, um dos chefes dessa empresa, é um pioneiro que já se destacou no seu Estado, o Paraná, e que agora colabora com Mato Grosso. Construindo não apenas Cidade Vera mas outras que V. Exa. preconiza no nosso Estado, essa empresa dá um exemplo real e típico de que a iniciativa privada, sem a ajuda dos Poderes Públicos, e se possível com ela, poderá prestar um imenso serviço à integração nacional. Meus parabéns pelo discurso de V. Exa. e meu muito obrigado em nome de Mato Grosso. V. Exa., espontaneamente, sinceramente, está fazendo a apologia do meu Mato Grosso, que para ter todas as riquezas só lhe falta descobrir petróleo.

O SR. ARY DE LIMA — Muito obrigado, nobre Deputado Gastão Müller.

Continuo, Sr. Presidente:

Na presença do Ministro Costa Cavalcanti, do Governador Fragelli e de destacadas autoridades civis, militares e religiosas; diante da imprensa falada, escrita e televisada, com a Cidade Vera tomada de visitantes, de crianças e pioneiros desfilando sob a cadência de dobrados militares do 9.º Batalhão de Engenharia e Construções, acampado nas proximidades para levar sempre avante a rodovia Cuiabá-Santarém, Enio Pipino teve a altivez de, em inflamado discurso, afirmar categoricamente:

"A Pátria se agiganta. É o Brasil que se levanta em novo espírito de cooperação e trabalho. E a nossa colonizadora, transferindo-se do Paraná para a Amazônia, quis prestar homenagem merecida ao Governo de Integração do Presidente Médici".

E com a franqueza dos homens acostumados à terra, esclareceu Enio Pipino:

"Senhor Ministro, a nossa firma não goza de incentivos fiscais e de nenhum favor do Governo, nem mesmo de financiamentos. Aqui chegamos há aproximadamente um ano. Fizemos levantamentos da área, dos cursos de água, dos limites da gleba e dos espigões. Sobre os espigões construímos até agora 400 quilômetros de estradas. O nosso projeto diz respeito a 900 quilômetros, e os faremos pois o nosso objetivo é de contribuir para a grande obra de integração nacional. Ali estão as máquinas. São muitas e outras mais irão chegar".

E enfatizando o seu ideal de colonizador, afirmou Enio Pipino numa verdadeira profissão de fé;

"Senhor Ministro, temos uma única estrutura, inteiramente voltada para a fixação do homem, mas homem que sabe enterrar a semente e sabe encabar uma enxada, homem para quem os bancos de Mato Grosso não haviam aberto carteiras de financiamento".

Os nossos pioneiros não precisam de financiamento para adquirir suas terras, pois já as compraram com recursos próprios e financiamento direto da nossa empresa. Necessitam, sim, de financiamentos para as primeiras lavouras, para construção de casas, nos lotes para aquisição de bombas manuais para água reservatórios, banheiros e sanitários".

Respondendo, assim falou o Ministro Costa Cavalcanti:

"Já temos hasteado inúmeras e dezenas de vezes o pavilhão nacional em quase todos os recantos de nosso País, nas suas capitais e mesmo no seu interior, nesta Amazônia como no Nordeste e no Sul. Mas afirmo, aqui, que nunca senti tanta emoção quando, a poucos minutos tinha a grande honra de hastear a nossa Bandeira Nacional ao som de nosso Hino, cantado por todos os presentes.

Isso realmente nos faz acreditar no Brasil de hoje e, principalmente, no Brasil de amanhã.

Disse-me Enio Pipino que conseguiu, nesta gleba de terra, reunir moças e senhoras de todos os Estados da Federação, cada uma com a bandeira de seu Estado, representando mesmo, aqui neste rincão, o Brasil uno e inteiro. Vemos aqui também a presença efetiva das nossas Forças Armadas, que nos tem dado toda a segurança e toda a tranquilidade para que o empresário nacional e os colonizadores possam realizar a sua missão com a certeza de que o trabalho de hoje não será parado e, sim, cada vez mais continuado no amanhã.

A nossa missão é criar essas condições todas de infra-estrutura econômica e social, de tranquilidade e de confiança, porque se assim fizermos sempre temos brasileiros capazes de transformar nossos imensos recursos naturais em verdadeiras riquezas.

É isso que procuramos fazer. E que pelo menos Deus nos ajude a não atrapalhar o trabalho imenso de todos esses pioneiros capazes.

Eu me congratulo com o trabalho de vocês, agricultores e colonizadores. Posso dizer que, de nossa parte, tudo faremos. A reivindicação há pouco apresentada por Enio Pipino, a respeito de financiamento, não para compra da propriedade mas para construção de casas, poços, bomba manual, caixa de água e dependências sanitárias é mais do que justa. Francamente ainda não sabia desse problema, que agora será levado para os órgãos do Ministério do Interior, que tem uma agência de financiamento atuando nessa área, que é o Banco da Amazônia. Falarei com o Dr. Babot Miranda, que é Presidente daquela entidade de crédito, para entrar em contato com os Diretores da SINOP e se chegar a uma conclusão favorável, que se realize o financiamento. Levarei ao Dr. Nestor Jost, Presidente do Banco do Brasil S.A., os anseios desses colonos formidáveis e corajosos que aqui se encontram. E o Governador José Fragelli me pede também para dizer que as agências do Banco do Estado de Mato Grosso vão se juntar nesse esforço.

Acho que o mais difícil já foi conseguido: É chegar até aqui, é ter a gleba de terra, é ter o seu pedaço de chão.

Depois disso, com a garantia que essa própria terra pode dar, acredito que seja suficiente para que os financiamentos possam ser realizados.

E estaremos sempre aqui. Nossa presença mostra que, de fato, acreditamos neste empreendimento, um verdadeiro empreendimento que é obra de integração nacional.

Para mim, afirmo, hoje é um momento de alegria. Disse-me Enio Pipino que aqui vim trazer um incentivo extraordinário. Mas digo que aqui não vim trazer estímulo nenhum, vim buscar estímulos para que nós tenhamos a determinação, a coragem e a objetividade de levar para frente este trabalho magnífico, este trabalho monumental que os Governos deste País, depois da Revolução de 64 e, com especialidade o Governo do grande brasileiro Emílio Médici vem fazendo pelo desenvolvimento nacional.

Sei que a SINOP já pensa em se ampliar. Sei também que outras empresas estão seguindo esse exemplo. E em breve e em curto prazo, essa Cuiabá-Santarém e a Transamazônica estarão pontilhadas de colonizadores como vocês.

Saio daqui satisfeito; saio daqui acreditando no dia de amanhã.

Meu caro Enio Pipino, Senhores Colonos e desbravadores: a minha certeza é que todos nós, juntos, levaremos o Brasil para um grande Brasil de amanhã".

CONQUISTA DEFINITIVA

Sr. Presidente, deixamos a Cidade Vera em festas.

Para o seu desenvolvimento, temos certeza, não haverá problemas, porque o seu fundador Enio Pipino, ditará soluções e a sua equipe traçará rumos certos de planejamento e técnica.

Cidade Vera transformará-se em centro de esperanças e de realizações. A sua população crescerá ao lado do comércio, da indústria da agricultura, da pecuária e da instrução.

A hospitalidade do grande Estado de Mato Grosso, a honestidade da empresa colonizadora e a riqueza da terra serão motivo de constante atração, que culminará com espírito de verdadeira integração nacional, conduzindo o Brasil para o seu grande destino de potência mundial.

Tudo será fácil para a grande empreitada, pois o homem simples da terra não se perderá em corredores palacianos, nem se enervará diante de excessos de burocracia de tantas repartições públicas.

Iniciativa privada, com Enio Pipino, sua esposa D.^a Nilsa, seus diretores e procuradores seu engenheiro civil Dr. Roberto Brandão seu agrônomo Adolfo Rugai, ao lado de todos os funcionários a colonizadora SINOP já se identificou como realidade brasileira.

A Gleba Celeste tem condições de tudo produzir e principalmente o café, nossa maior fonte de divisas.

A Comissão de Planejamento da Produção de Mato Grosso afirma, em relatório elaborado pelos agrônomos José Eurico Dias Martins, José Arruda de Albuquerque, Nelson Barcelos Maia e João Castelo Branco: "Mato Grosso dispõe de três zonas distintas para a produção cafeeira: Dourados, Bodoquema e as terras altas das cabeceiras formadas da Bacia Amazônica, tais como o Rio Novo, Rio Arinos e Rio Teles Pires, que corta a Gleba Celeste nas proximidades da Cidade Vera.

Não compreendemos, pois, as razões desajustadas e pouco esclarecedoras, segundo as quais o GERCA, órgão coordenador do plantio da rubiácea

deixou de incluir a região no programa para formação de novas lavouras de café estendendo o seu consentimento a algumas regiões do sudoeste e oeste do Paraná, ninhos constantes da geada, onde a lavoura cafeeira já foi substituída, em alguns Municípios, por outras culturas mas recebendo, ultimamente novos financiamentos. O melindroso assunto em próxima oportunidade, será por nós apreciado dessa mesma tribuna e já foi motivo de providências solicitadas pela colonizadora SINOP em ofício de 20 de outubro de 1971.

Sr. Presidente, encerrando nosso pronunciamento estendemos felicita-

ções ao Exmo. Senhor Presidente Emilio Garrastazu Médici, a Colonizadora SINOP, ao Estado de Mato Grosso, ao Ministério do Interior as nossas Forças Armadas e, de maneira especial, aos valentes pioneiros desbravadores, pela luta em que todos se empenham de mãos dadas, olhos no porvir, conduzindo o Brasil para o seu verdadeiro destino e escrevendo com lutas e sacrifícios redentores, mais uma página iluminada da história de nossa integração.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem; Palmas. O orador é cumprimentado).